**II SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÃO DO PPEUR**

**RELAÇÃO DOS DISCENTES DO PPEUR**

*Turma 2015:*

**ANNA LIDIANE OLIVEIRA PAIVA** (Orientador: Fábio Fonseca Figueiredo)

**DALTON LUÍS BATISTA PAULO DOS SANTOS** (Orientador: Fernando Manuel Rocha da Cruz)

**IGOR BRUNO PINHEIRO DA SILVA** (Orientador: Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva)

KAYCK DANNY BEZERRA DE ARAÚJO (Orientador: Fernando Bastos Costa)

MARTA MARIA DA CONCEIÇÃO BEZERRA (Orientadora: Lindijane de Souza Bento Almeida)

**MILENNA PAIVA NICOLETTI** (Orientadora: Joana Tereza Vaz de Moura)

**REBECA MAROTA DA SILVA** (Orientador: Fábio Fonseca Figueiredo)

**RENATA ALMEIDA LEÃO** (Orientador: Joana Tereza Vaz de Moura)

**RENATO LUNA DE LIMA** (Orientador: Cláudio Roberto de Jesus)

**RUSIANO PAULINO DE OLIVEIRA** (Orientador: Flávio Henrique Miranda de Araújo Freire)

**SAMARA TAIANA DE LIMA SILVA** (Orientador: Fernando Manuel Rocha da Cruz)

**SARA JUDY CHRISTIE DE OLIVES** (Orientador: Robério Paulino Rodrigues)

**SUZANA CAROLINA DOS SANTOS DUTRA DE MACEDO COSTA** (Orientador: Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva)

**TAYNARA DE CARVALHO NEVES** (Orientador: Cláudio Roberto de Jesus)

*Turma 2016:*

ANDERSON LEONARDO DE CASTRO SEABRA (Orientador: Cláudio Roberto de Jesus)

**BÁRBARA MAIA LIMA MADEIRA PONTES** (Orientador: Joana Tereza Vaz de Moura)

**CAROLINE SOUZA DOS SANTOS** (Orientador: Fábio Fonseca Figueiredo)

**DIANA ARAUJO RODRIGUES** (Orientador: Márcio Moraes Valença)

**DOUGLAS DA SILVA ARAÚJO** (Orientador: Robério Paulino Rodrigues)

**EDUARDO PATRICIO DA SILVA** (Orientador: Robério Paulino Rodrigues

ELIANE DE SOUSA CUNHA (Orientadora: Winifred Knox)

**GEORGE LUIZ ROCHA DA CÂMARA** (Orientador: Maria do Livramento Miranda Clementino)

**GILNADSON DA SILVA BERTULEZA (Orientadora:** [Angela Lúcia de Araújo Ferreira](http://lattes.cnpq.br/9858859733008515))

**GLEIDE CONCEIÇÃO DOS SANTOS** (Orientadora: Zoraide Souza Pessoa)

**JELISSE VIEIRA GOMES ALMEIDA** (Orientador: Fábio Fonseca Figueiredo)

**JULLIANI LAISS ALVES MAIA** (Orientador: Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva)

**LUIS RENATO NOGUEIRA DA ROCHA** (Orientador: Márcio Moraes Valença)

**MIKAEL VICTOR SILVA DA CÂMARA** (Orientador: Zoraide Souza Pessoa)

**THAYSA TAIANNE BELO COSTA** (Orientadora: Lindijane de Souza Bento Almeida)

**VINÍCIUS KLAUSE DA SILVA** (Orientador: Fernando Bastos Costa)

*Egressos:*

**GABRIELA TARGINO** (Orientador: Fernando Manuel Rocha da Cruz)

**PAULA JULIANA DA SILVA** (Orientador: Márcio Moraes Valença)

**VALÉRIA DE FÁTIMA CHAVES ARAÚJO** (Orientador: Fernando Manuel Rocha da Cruz)

**LIVRO DE RESUMOS:**

ANNA LIDIANE OLIVEIRA PAIVA

**A GESTÃO DOS RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS EM NATAL-RN/BRASIL**

O aparecimento da questão ambiental em escala global ocorreu por diferentes cenários. Alguns elementos foram decisivos para que algumas questões ambientais começassem a ser pensadas internacionalmente e demarcaram também a trajetória de política ambiental em alguns países. Os eventos climáticos, o desmatamento das florestas, assim como o crescimento das cidades com suas demandas econômicas, sociais e ambientais traduziam as condições de vida vulneráveis de algumas populações, tais cenários foram adquirindo caráter de urgência e demarcaram a agenda de discussões em conferências ambientais a partir da década de 1970. O debate sobre políticas e gestão para resíduos de equipamentos eletroeletrônicos se inicia no contexto de intensificação do tráfego de substâncias perigosas entre países. A Convenção de Basiléia organizada no final da década de 1980 surge nesse cenário de regulamentação ambiental para longo alcance pelos riscos existentes no transporte de resíduos entre países, tendo por objetivo impedir as transferências de resíduos perigosos que ocorriam sem obstáculos e garantir segurança para o meio ambiente. Na perspectiva da gestão global de REEE, enquanto as diretivas da união europeia alertam sobre periculosidade, restrição de substâncias, disposição, tratamento, responsabilidade pós consumo bem como outras determinações, alguns países lidam com a importação ilegal de resíduos. No Brasil, a partir da promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), em agosto de 2010, criou-se um arcabouço normativo-institucional à gestão de resíduos sólidos. A PNRS regulamenta também a gestão de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos no país e para tal, os principais instrumentos dessa política são os acordos setoriais e a logística reversa. Conforme os estudos técnicos demonstram, esses resíduos por conter metais preciosos, são considerados valiosos para a cadeia produtiva da reciclagem. Este trabalho de dissertação se propõe a responder a seguinte pergunta de partida: como se estrutura a gestão de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos no município de Natal-RN/Brasil a partir das recomendações da Política Nacional de Resíduos Sólidos? A partir da problemática em torno das questões de política ambiental, se constitui como objetivo geral a análise da gestão dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos no município de Natal-Brasil com base no que prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos. São objetivos específicos: apresentar aspectos legais e normativos dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos no âmbito internacional e nacional, com enfoque nos sistemas de logística reversa; analisar a atual conjuntura em que acontece a gestão dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos no Brasil e em Natal, área de estudo. E, compreender como se caracteriza a gestão dos REEE no âmbito global-local, através da inserção de Natal-Brasil na cadeia produtiva da reciclagem dos resíduos. Para analisar como essa gestão acontece, será utilizado o método indutivo, com técnicas de pesquisa documental, bibliográfica e pesquisa de campo. A partir da coleta dos dados e informações, espera-se que a observação direta da atuação dos atores públicos e privados locais permita o estudo dessa realidade na cidade de Natal e a sua relação com a organização da logística reversa no âmbito nacional, assim como da generalização quanto a efetividade da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que tem participação bem definida da união enquanto instância federativa, porém a participação em termos de responsabilidade compartilhada no âmbito municipal está se desenvolvendo.

BÁRBARA MAIA LIMA MADEIRA PONTES

**RN SUSTENTÁVEL:**

**uma análise à luz da teoria das Redes**

A partir das décadas de 1960 nos países desenvolvidos e da década de 1980 nos países periféricos, observa-se uma mudança no contexto político, na consolidação de sociedades democráticas revelando uma crescente interação entre atores governamentais e não governamentais nas diversas etapas do ciclo político. Isto revelou a necessidade da utilização de novos conceitos condizentes com tal fenômeno, como é o caso das *redes de políticas públicas.* A teoria das Redes vem sendo largamente usada nas Ciências para estudar interações, inclusive nas Ciências Sociais, como mecanismo útil para entender essas novas dinâmicas na policy arena.

Neste contexto está, também, a existência de novas políticas e programas implementados pela integração do poder público e outros agentes, como é o caso do RN Sustentável, projeto entre o Banco Mundial e o Governo do estado para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, que será o foco desta pesquisa. Este projeto tem sua própria concepção apoiada na atuação integrada de múltiplos atores para a implementação de seus eixos de atuação. Em seu subcomponente 1, no qual esta pesquisa se debruçará, está o objetivo de Desenvolvimento Regional Sustentável, pautado pela construção de obras prioritárias que alavanquem uma estratégia de desenvolvimento, além de também incluir atividades de fortalecimento da capacidade de gestão dos órgãos governamentais, municipais e territoriais.

Neste contexto, parte-se do seguinte questionamento: *De que maneira os atores envolvidos na Política de Desenvolvimento Regional Sustentável, componente de atuação do Programa RN Sustentável, conseguem modificar, efetivar e/ou transformar as ações deste Projeto em prol de seus interesses?*

O objetivo principal deste trabalho é promover um estudo analítico do programa RN Sustentável através da visualização das Redes desenvolvidas pelos atores envolvidos neste Projeto.

Para alcançar os fins propostos nesse estudo, serão necessários cinco objetivos específicos: i) Caracterizar e explicar o surgimento de um programa como o RN Sustentável no Rio Grande do Norte, bem como as ideologias envolvidas na atuação do Banco Mundial sobre os países desenvolvidos e no Nordeste brasileiro; ii) Desenhar a Rede de Políticas Públicas envolvidas no processo de construção e efetivação do Projeto com o auxílio de softwares específicos para este desenho de Redes. iii) Construir as Redes de outras atuações do Banco Mundial no território potiguar a fim de fazer um comparativo histórico entre as Redes desenvolvidas nesse contexto de políticas; iv) Caracterizar as dinâmicas políticas e os formatos institucionais que cercam o Projeto RN Sustentável; e v) Oferecer contribuições acerca dos impactos empreendidos pelo RN Sustentável bem como as modificações observadas nos desenhos do Projeto à luz da influência das Redes.

De uma ótica da formulação de políticas públicas, esta tema torna-se imperativo observar como a existência dessas Redes afeta o RN Sustentável, seja ao alterar as políticas desenvolvidas, seja ao auxiliar em sua efetivação, seja ao comprometer as medidas planejadas, seja mediada pelo governo.

A pesquisa, de acordo com plano inicial, ainda em processo de modificação, se dividirá em pelo menos três capítulos, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, será feita uma revisão da literatura utilizada como referencial teórico, isto é, as Redes de Políticas Públicas. Essa perspectiva permite uma análise diferenciada das interações entre o Estado e a sociedade e comunidades de políticas públicas. Isto é, implica dizer que a construção destas passa por uma arena que congrega, além de atores públicos, atores privados e distintos setores da sociedade.

A partir da compreensão do que se trata este referencial teórico, o segundo capítulo tem como objetivo fazer um estudo empírico do mesmo. O segundo capítulo somar-se-á às demais análises já existentes sobre outras parcerias do Banco Mundial nos países subdesenvolvidos, no Brasil, no Nordeste brasileiro e especialmente no Rio Grande do Norte, onde já haviam sido desenvolvidos projetos de investimento na redução da pobreza (Projeto Redução da Pobreza Rural) e infraestrutura e gestão de recursos hídricos (Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semiárido Potiguar); deste modo, o RN Sustentável inaugura um novo tipo de intervenção, abandonado uma perspectiva localizada e setorial e partindo para uma abordagem multisetorial e multifocal como estratégia para o desenvolvimento regional integrado e sustentável. O último capítulo, por sua vez, trataria da observação e análise da Rede formada no contexto do RN Sustentável.

CAROLINE SOUZA DOS SANTOS

**POR QUE O RN ESCOLHEU ENERGIA EÓLICA?**

**análise sobre o tipo de sustentabilidade nas novas alternativas de geração de energia num contexto de crise ambiental**

Cada vez mais a questão ambiental se coloca como central, e o mundo caminha em torno deste horizonte, apesar de todas as dificuldades e contradições ainda existentes. Mas há possibilidades, projetos alternativos que se descortinam no atual contexto e que estão induzindo novos modelos de produção e novos padrões de consumo na vida social com menor impacto sobre os já escassos recursos naturais. Uma dessas alternativas que se discute, e que tem sido colocada em prática em vários países com bons resultados, está relacionada à matriz energética não fóssil, com menor emissão de gás carbônico para o meio ambiente e com menor dependência na fatura energética dos países, com a vantagem de surgir igualmente resposta aos riscos ambientais inerentes à produção de outras formas de energia e como forma de promoção de um desenvolvimento mais sustentável. Neste contexto, vem se destacando particularmente a energia eólica, que é apontada como fonte alternativa, abundante e de baixo impacto ecológico. Aqui se estabelece uma necessidade dupla, a de suprir a demanda de energia e a de minimizar os impactos ambientais para tal fornecimento, na tentativa de promoção de um desenvolvimento sustentável. Seguindo esse movimento de análise é que o referido projeto tem uma necessidade de analisar e fazer uma reflexão teórica do que seria esse tipo de desenvolvimento. As demandas crescentes por um nível de conforto energético e por uma produção energética que mantenha o fornecimento contínuo sem que gere quebra, no caso brasileiro, é também pressionado pela expansão da urbanização e da industrialização, especialmente nas cidades que concentram um padrão de vida baseado no consumo de serviços e bens que exigem grande demanda energética. Outras demandas são de origens políticas, econômicas e tecnológicas permeadas pelo movimento mais geral dos países em criar mecanismos de sustentabilidade energética como fator de controle de questões ambientais graves que nos colocam em uma situação de risco e vulnerabilidade. Por isso é válido, nesses termos, incitar o debate e a pesquisa de problemas que se estabelecem diante da “necessidade de pensar e de construir uma nova racionalidade produtiva sustentada pelos princípios da entropia e da complexidade ambiental, integrando as formações ideológicas, a produção científica, os saberes pessoais e coletivos, os significados culturais e as condições “reais” da sustentabilidade ecológica” (LEFF, 2006, p.60). Uma vez que não estamos entendendo problemas ambientais como problemas apenas de recursos naturais, mas problemas do próprio homem e sua relação com o entorno e sobre as dinâmicas que se refletem em transformações no território, na economia e na vivência da população. Nesse sentido essa proposta de pesquisa se insere na interface dos debates sobre a sociedade no contexto da crise ambiental contemporânea que requer novas formas de produção energética que busque modelos mais sustentáveis. É sobre esse entendimento complexo e interdisciplinar, que o referido projeto de pesquisa se baseia em algumas questões norteadoras do estudo como: analisar porque o RN escolheu a energia eólica frente outras energias, que justificativas além das técnicas para a implementação dos parques eólicos, tentando fazer uma reflexão acerca da crise ambiental e do próprio conceito de sustentabilidade, como esse desenvolvimento sustentável, se de fato ele se consolida, atinge localmente uma vez que nasce também de diretrizes e estratégias internacionais, globais. A partir disso, o procedimento metodológico a serem desenvolvidos no projeto parte de uma análise qualitativa e reflexiva através de uma pesquisa bibliográfica teórica e documental. Espera-se com este estudo alcançar respostas frente aos questionamentos de medidas que deveriam ser adotadas para a construção de um futuro sustentável com nova perspectiva ética na produção de energias.

DALTON LUÍS BATISTA PAULO DOS SANTOS

**A GESTÃO DO MEDO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS:**

**criminalidade na cidade de Natal/RN**

A espécie humana tem uma peculiaridade quando comparada a outras espécies de animais. As diversas espécies agem ou se comportam com base em instintos enquanto que o homem age com base no que aprende ao longo de sua existência. Esse aprendizado se dá através da cultura que é a ferramenta que o dota de capacidade para apreender o mundo que o cerca e a partir daí atuar reflexivamente sobre ele. A natureza humana é fundamentalmente história, é a superposição de conhecimentos que possibilitam ao homem modificar seu ambiente. Assim o mundo humano é construído através de elementos que estão presentes na sociedade da qual se faz parte. De modo que “tudo é construído: isto é, uma compreensão de toda realidade social como resultado de construção (invenção, criação, produção, convenção) na duração histórica e antropológica.” (SOUSA FILHO, 2007, p. 3). Há uma capacidade inata de se produzir homem e ao mesmo tempo de produzir aquilo que o cerca. Entretanto esse processo resulta da interação, da experiência e da vivência. A partir daí o indivíduo é inserido na comunidade e realizará seu processo de construção de pertencimento na relação intersubjetiva. Será tanto mais membro da comunidade quanto mais se identifique e se conforme aos referenciais nela encontrados. Para tanto atuarão sobre ele elementos coercitivos que estão presentes de forma coletiva em toda comunidade mas que ao mesmo tempo atuarão subjetivamente construindo um sujeito coletivo e individual.

A partir desse processo sistemático e dialético de produzir e ser produzido o homem elabora e realiza diversos empreendimentos que resultam de sua ação sobre a natureza em busca de comida, abrigo e proteção. A cidade surge assim como um produto desse motor humano. Inicialmente como consequência do controle sobre a produção de alimentos e da criação de animais, que possibilitou a sua fixação em regiões que ofereciam melhores condições de sobrevivência. Posteriormente motivado pelo desejo de se proteger dos fenômenos climáticos, dos animais e dos inimigos. Além de motivações religiosas que promoviam a sociabilidade e interdependência dos indivíduos.

Entretanto, com o crescimento e a inserção de diversas variáveis na comunidade inicialmente igualitária e de seguida estratificada, emergem conflitos que redundam em instabilidades sociais produzindo fenômenos como a violência e a criminalidade. Esses fenômenos são inerentes ao ser humano e geram insegurança e medo. O medo na e da cidade, apesar do paradoxo, existiu desde seu surgimento, haja vista ela ter sido elaborada, entre outros fatores, a partir do medo. Esses elementos referidos, são socialmente construídos, isto é, resultam da maneira como o homem apreende seu ambiente e atua sobre ele a partir das elaborações dos significados e significantes que o auxiliam nessa relação com a realidade que o envolvem (FERNANDES; RÊGO, 2012, p. 51)

Contemporaneamente o medo na e da cidade e a sensação de insegurança dele resultante tem se constituído com tamanha potência que ganhou o atributo de ubíquo. As pessoas de maneira geral têm sido impactadas pelas “falas do medo” (FERNANDES; RÊGO, 2012, p. 51) que se constituem em discursos que vão se construindo a partir do imaginário que introjeta possíveis ameaças e as reelabora definindo lugares e pessoas ameaçadores.

É a partir dessas percepções que a presente investigação busca, principalmente, compreender o papel da violência e da criminalidade urbanas na relação do cidadão com a cidade. Esses fenômenos atuam na subjetividade das pessoas e influenciam no modo como as elas fruem a cidade e seus espaços de sociabilidade? De que maneira isso se dá? Quais as estratégias utilizadas pelos indivíduos e pelo poder público para superar esses óbices ao livre usufruto da cidade? O objetivo principal do trabalho é o de compreender o papel da violência urbana e da criminalidade na relação do cidadão com os espaços públicos. Os objetivos específicos são apresentar a relação entre o cidadão e os espaços públicos; analisar a gestão do medo e a hipótese predatória na cidade; e, por fim, apresentar iniciativas culturais públicas ou privadas que promovem a gestão do medo.

DIANA ARAUJO RODRIGUES

**PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E MOBILIDADE URBANA:**

**produção habitacional e a dinâmica dos deslocamentos na Região Metropolitana de Natal**

O termo *mobilidade* foi empregado inicialmente como sinônimo de *transporte*, passou-se a utilizar a expressão *mobilidade urbana* para definir algo mais abrangente, suscitando a necessidade de incorporar outros aspectos na ordenação dos deslocamentos nas cidades para além de planejar o sistema de transportes. O termo *acessibilidade* é frequentemente confundido com *mobilidade*, e essa adição de expressões para se referir aos deslocamentos cotidianos indica na verdade uma mudança de paradigma, evidenciando o direcionamento do foco do planejamento da mobilidade urbana para as pessoas ao invés dos veículos, agregando a necessidade de empregar sustentabilidade ao planejamento e possibilitando subsidiar por meio de soluções de mobilidade, a redução das desigualdades e a inclusão social.

A Lei nº 12.587 (2012), que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, define mobilidade urbana como a: “condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano” e acessibilidade como a: “facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor”. Com isto, fica claro que mobilidade urbana não se resume ao acesso a transportes, antes de tudo, significa encurtar as distâncias sociais e físicas e promover acessibilidade.

Em diversos textos de pesquisadores sobre transporte e mobilidade, observou-se que, nos últimos anos, foi construída uma reflexão mais aprofundada do ponto de vista dos aspectos e impactos sociais da mobilidade urbana, o que favoreceu o surgimento de novas perspectivas para propor práticas mais eficientes no planejamento de ações governamentais que não se restrinjam a solucionar os problemas de tráfego, e que possam interferir no quadro de segregação socioespacial e melhorar o acesso a oportunidades para as camadas de baixa renda.

Apesar dos significativos avanços das políticas públicas voltadas a sanar os graves problemas de mobilidade, o foco na busca de soluções ainda tem estado concentrado nas questões de acesso à infraestrutura de transportes e sistema viário, o que indica que a prática do planejamento da mobilidade ainda ocorre de forma superficial e não alcança questões intrínsecas à mobilidade, como, por exemplo, o uso e ocupação do solo. Além disso, existem evidências de que no planejamento e na implementação das políticas de mobilidade, não existe articulação institucional. Isso fica claro ao se tentar fazer uma ponte com a política de habitação social, visto que a significativa produção habitacional em larga escala pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi implantada em áreas periféricas e, no geral, não veio acompanhada de soluções de mobilidade que favorecessem a *apropriação,* pelos beneficiários, das suas novas localizações, o que pode aprofundar a desigualdade que deveria ser amenizada por essas políticas.

Partindo da leitura de que soluções de mobilidade urbana direcionadas a áreas periféricas, onde os equipamentos públicos não são suficientes e o acesso ao transporte público coletivo é precário, podem contribuir decisivamente na redução das desigualdades e na promoção da inclusão social, considerando a fragilidade institucional e financeira da maioria dos municípios, e as dificuldades de implementação de políticas públicas urbanas de forma articulada e eficiente na esfera municipal, a pesquisa pretende identificar os padrões de deslocamento dos beneficiários enquadrados na Faixa 1 do PMCMV, nos empreendimentos localizados na Região Metropolitana de Natal (RMN), antes de ocuparem os conjuntos e comparar com as situações atuais para compreender de que forma as mudanças nas condições de mobilidade, além das condições de moradia, interferem no cotidiano dessas pessoas, reduzindo, ampliando ou reproduzindo as condições de acesso às oportunidades na cidade. Tendo como objeto de estudo a localização dos empreendimentos do PMCMV relacionados às condições de deslocamento na RMN, busca-se compreender se há possibilidades de que a articulação entre as políticas de habitação e de mobilidade urbana possa atuar positivamente no combate à segregação socioespacial.

DOUGLAS DA SILVA ARAÚJO

**POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA CIDADÃ:**

**uma análise empírica dos programas desenvolvidos pela Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado Rio Grande do Norte**

A segurança é direito fundamental social resguardado pela Constituição Federal da República, promulgada em 1988. Sua instrumentalização se dá por meio de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. A violência urbana representa uma das principais metas das políticas públicas de segurança, desenvolvida pelos estados. Nas últimas décadas, o Brasil presenciou um aumento preocupante com as questões relativas à política de pública segurança. Uma verdadeira obstinação securitária permeia cada dia mais os debates públicos, de propostas legislativas e de produção acadêmica. A necessidade de um modelo de política pública de segurança eficiente tornou-se alvo recorrente de pesquisas, estudos acadêmicos e planos de governo. O modelo de política pública de segurança cidadã, baseada em princípios democráticos, interdisciplinares e humanitários, surge como uma possível solução para minimização dos índices de violência e redução da insegurança que permeia a sociedade, uma vez que considera a participação social um dos ingredientes para a construção de uma cultura de paz, a médio e longo prazo. Nessa ótica, a presente pesquisa se propõe a responder o seguinte questionamento: As políticas púbicas de segurança desenvolvidas no Estado do Rio Grande do Norte seguem diretrizes que possam caracterizá-las como políticas de segurança cidadã? Como hipótese tem-se que política de segurança pública atual, na prática, ainda pouco incorpora os preceitos de direitos humanos e cidadania, sendo principalmente baseada na contenção direta da criminalidade, com o aumento da repressão pelo uso da violência por parte do Estado (força policial), do encarceramento, sem atacar efetivamente as questões estruturais que envolvem a temática. Para tanto, este estudo tem como objetivo geral investigar, a partir de levantamento a ser realizado junto a Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Norte, se existem políticas públicas em execução no estado que guardem similitude com o processo de construção de uma política pública de segurança cidadã, considerando seu aspecto estrutural democrático e suas diretrizes pautadas no exercício da cidadania e no respeito aos direitos humanos. Como objetivos específicos, almeja-se: discorrer sobre a construção doutrinária da segurança pública como direito fundamental social assegurado pela Constituição Federal de 1988; entender o conceito a distinção entre política de segurança pública e política pública de segurança; perquirir os elementos e diretrizes que compõem o conceito de política pública de segurança cidadã; levantar dados junto a Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte, a fim de traçar um perfil acerca das políticas públicas de segurança em curso no estado; ponderar sobre a criação, a implementação e o controle das políticas públicas de segurança cidadã. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos que serão adotados durante o desenvolvimento deste trabalho, usar-se-á o método de caráter dedutivo, partindo da definição mais geral – sobre a construção teórica a respeito da política pública de segurança cidadã – observando as mais particulares – através da análise empírica dos programas desenvolvidos pela SESED – para verificação das primeiras. A pesquisa foi de caráter descritivo, e em certa medida, avaliativo. Quanto à sua classificação, esta pesquisa possui caráter qualitativo, tendo em vista que se pretende verificar a relação da realidade (empirismo) com o objeto de estudo, obtendo interpretações de uma análise a ser realizada por parte do pesquisador. Realizar-se-á pesquisa de campo, com coleta de danos junto à SESED, bem como ao público-alvo das políticas públicas de seguranças desenvolvidas pelo Estado do Rio Grande do Norte. Como procedimentos de coleta e análise de dados serão utilizados: a pesquisa bibliográfica, consultando-se livros, trabalhos acadêmicos na área de segurança pública e artigos eletrônicos que abordem a temática em estudo. A pesquisa de campo será realizada através de questionários, quando se procurará ouvir a população a respeito da efetiva participação social no processo construtivo da política pública de segurança estadual, sobretudo por meio dos conselhos, a fim de alcançar o objetivo deste trabalho. O universo da pesquisa será delimitado a número determinado de cidadãos, maiores de 18 (dezoito) anos, que servirá de amostragem para embasar o componente empírico deste estudo. O recorte espacial corresponderá aos limites de atuação do Poder Executivo estadual, com delimitação temporal correspondente ao período de 04 (quatro) anos, que equivale a um mandato eletivo do chefe do respectivo poder. O instrumento a ser utilizado para a coleta de dados será um questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas, formuladas em consenso com o orientador. Será levado em conta, nas entrevistas, o perfil do entrevistado, considerando para tanto o aspecto socioeconômico, a idade, o nível de escolaridade e o bairro onde reside, para fins de constatar as diferenças e semelhanças no tratamento do objeto deste estudo, em especial na investigação da participação social no processo democrático de elaboração de política pública de segurança.

EDUARDO PATRICIO DA SILVA

**O DIREITO À CIDADE E O USO DEMOCRÁTICO DAS ESPACIALIDADES PÚBLICAS:**

**o problema da acessibilidade intraurbana em Natal-RN**

O presente trabalho buscará analisar se os arranjos legais e políticas públicas até então desenvolvidos foram capazes de alterar a estrutura espacial intra-urbana de acessibilidade e a democratização da cidade de Natal-RN. Ao longo dos anos a maioria dos planejadores urbanos de cidades brasileiras tem desconsiderado o problema da falta de acessibilidade nos espaços públicos e aspectos de mobilidade urbana interligados a estes, dando por outro lado uma maior ênfase à acomodação do crescente fluxo de veículos motorizados e à construção das respectivas estruturas necessárias para o tal e, no muito, à ampliação das malhas cicloviárias das cidades. Isto, em detrimento da priorização da plena oferta de acessibilidade espacial aos pedestres em geral e principalmente às pessoas com mobilidade reduzida, algo que entra em total discrepância com o direito constitucional de ir e vir, com a legislação brasileira de acessibilidade, com o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana Brasil Acessível e com a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Trata-se então de uma pesquisa do tipo descritiva, a qual possuirá uma abordagem predominantemente qualitativa, onde no procedimento técnico a ser adotado serão utilizados dois eixos de leitura, no primeiro será feito um levantamento bibliográfico acerca da fundamentação teórica do conceito de “barreiras físicas à acessibilidade” nos aspectos arquitetônicos e urbanísticos dadas pelos autores Lippo (2012), Lanchotti (2005), Emmel e Castro (2003), Rodrigues (1986) e pela ABNT (NBR 9050/2004), da fundamentação teórica de acessibilidade inerente a estes aspectos dada pelos autores Sassaki (2010), Garcia (2012), Lippo (2005), RAIA Jr. (2000) e Mace (1991) e, de forma correlata a este tema, a definição do conceito de “dimensão humana” dada por Gehl (2010), bem como das definições clássicas do conceito de "Direito à Cidade" dadas pelos autores Harvey (2012) e Lefebvre (2001) e das inter-relações entre este e o conceito de acessibilidade apontadas pela “Carta Mundial do Direito à Cidade”, produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006. Já no segundo eixo de leitura será realizada uma pesquisa documental acerca da legislação brasileira de acessibilidade que abrange desde a Constituição Federal de 1988, as leis de no 10.048/2000 e no 10.098/2000 que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, o Decreto no 5.296/2004 que as regulamenta, a Lei no 12.587/2012 que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, até a Lei no 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), legislação esta que aponta para a NBR 9050/2004 normativa da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT que trata deste assunto no Brasil, das políticas e programas que tratam da acessibilidade nas esferas nacional e municipal, como o “Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana Brasil Acessível” por meio do qual o Ministério das Cidades tem como um de seus principais objetivos promover a ampla implementação do Decreto Nº 5.296/2004 na construção de cidades acessíveis em todo país, incentivando ações combinadas entre as três esferas do governo e, os programas e projetos de desenvolvimento e mobilidade urbanos concebidos pela Prefeitura de Natal-RN nos últimos anos. Os resultados desta pesquisa buscarão demonstrar as possíveis divergências e/ou convergências entre as ênfases dadas pelos planejadores urbanos da cidade de Natal-RN nos últimos anos e as recomendações teóricas e exigências legais de garantia do acesso e uso democrático dos espaços públicos à população em geral; como ainda se a gestão municipal cumpre a determinação do Estatuto da Cidade, no tocante a viabilização do pleno controle social na concepção de uma cidade que realmente garanta a acessibilidade universal e o cumprimento das funções sociais das espacialidades públicas, sendo promovido assim o “Direito à Cidade” a todos os cidadãos.

GABRIELA TARGINO

**A RELEVÂNCIA DOS EVENTOS CULTURAIS PARA A ECONOMIA CRIATIVA**

**pesquisa qualitativa na Praia da Pipa, Tibau do Sul/RN**

A indústria criativa tem impulsionado e fortalecido o crescimento de diversos setores econômicos no Brasil e no mundo, estimulando dessa forma a economia local de lugares com cenários atrativos e inovadores para o mercado de consumo. As transformações urbanas não se limitam às mudanças no espaço físico das cidades: englobam transformações econômicas, culturais e sociais que acabam por influenciar as relações entre os espaços públicos e privados. O trabalho em temática tem como recorte a potencialidade turística de Tibau do Sul, a qual acontece a partir da Praia da Pipa, localizada no município de Tibau do Sul, a 85 km de Natal. Nesse sentido a dissertação, em questão, tem como foco estudar a relevância dos eventos culturais para a economia criativa, bem como demonstrar como estes podem contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico na Praia da Pipa, localizada no Rio Grande do Norte (Brasil). Os eventos culturais promovem ambientes tematizados e criativos que funcionam como mecanismo de atração para o aumento do consumo cultural, gastronômico e de lazer social. Tal dimensão simbólica evoca do espaço uma comunicação e conexão entre o econômico, o político e o social. Nesse sentido, a cultura, na qual o simbólico se evidencia se manifesta de modo diferenciado no tempo e no espaço. As formas simbólicas tornam-se diretamente vinculadas ao espaço, integralizando-se em fixos e fluxos, ou seja, em localizações/lugares e itinerários, pertencentes à espacialidade. Nas últimas décadas, o antigo povoado de pescador da Praia de Pipa, se reconfigura e um novo espaço urbano com destaque no cenário turístico, despontando espaços nas mídias eletrônicas, revistas e guias de roteiros turísticos como uma das dez praias mais belas do Brasil, consoante que a Praia da Pipa, possui grande número de hotéis, pousadas, albergues, restaurantes, bares e discotecas, atraindo uma população flutuante em busca do turismo de sol e mar e das belezas naturais recorte da cidade de Tibau do Sul. Atualmente “Pipa” tem sido alvo de eventos culturais e temáticos como o Festival Literário da Pipa, Fest Bossa & Jazz da Pipa, Festival Literário Alternativo da Pipa e o Festival Gastronômico da Pipa, os quais conseguem atrair público local, estadual, nacional, bem como, internacional. Nessa perspectiva a pesquisa realizada caracterizou-se como qualitativa quanto à abordagem do problema, na busca de compreender as relações, problemáticas e contributos de quatros eventos do calendário fixo municipal que são: a) Festival Literário da Pipa (FLIPIPA); b) Festival de Bossa & Jazz da Pipa (Fest Bossa & Jazz); c) Festival Literário Alternativo da Pipa (FlipAut), e d) o Festival Gastronômico da Pipa (FGP). A pesquisa de campo caracterizou-se pela abordagem etnográfica, com recurso às técnicas de observação participante, entrevista semiestruturada e registro fotográfico. Como resultados da pesquisa pode-se salientar que a Praia da Pipa promove eventos culturais que movimentam a dinâmica econômica, social e cultural, inserindo novos hábitos culturais neste espaço urbano, e em alguns casos, resgatando a própria história do lugar. Em cada evento, as forças econômicas e políticas se conectam para promover a infraestrutura destes eventos, subsidiando a oferta de serviços e produtos, a partir dos setores criativos e culturais. A tematização dos eventos estudados mergulha o público em histórias que podem ter (ou não) conexão com a história local. Assim sendo, percebe-se que o presente trabalho traz à luz um lugar que se apresenta como protagonista no estado do Rio Grande do Norte em termos de renovação e mudança econômica, social e cultural em sua infraestrutura e na sua potencialidade de atração turística, a partir dos setores criativos e culturais.

GEORGE LUIZ ROCHA DA CÂMARA

**O SANEAMENTO BÁSICO NA RMN E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO METROPOLITANO**

**(a partir da criação da RMN pela Lei Complementar Estadual 152, de 16/01/1997)**

Na abordagem da estruturação do território na Região Metropolitana de Natal, no período dos últimos vinte anos, a partir da contribuição da política pública do saneamento básico, como se pretende no projeto de estudo aqui proposto, cabe destacar, inicialmente, a relevância e as inter-relações das três variáveis apresentadas: o espaço, o tempo e a política pública. O espaço representativo para o estudo é a Região Metropolitana de Natal, tendo em vista que sua configuração atual é resultado do processo de urbanização acelerado e desordenado que extrapolou os limites territoriais da cidade núcleo, Natal, configurando uma situação de transbordamento em direção a municípios vizinhos, no contexto metropolitano em formação, produzindo efeitos não apenas na dimensão físico-territorial, como também nas dimensões sócio econômica e político-institucional. Tais fatores se entrelaçaram de forma a produzir uma Região Metropolitana duplamente configurada: a metrópole institucional e a metrópole funcional. A metrópole institucional, bem mais abrangente, é formada por quatorze municípios incluídos atualmente na legislação estadual. A metrópole funcional é composta pelo município núcleo, Natal, e os cinco municípios com maior integração a este (Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba e Ceará-Mirim). A abrangência temporal comporta os últimos vinte anos: a partir da criação da Região Metropolitana de Natal, em janeiro/1997, até janeiro/2017 (ocasião em que estará sendo feita a qualificação da pesquisa). Configura-se esse estudo, dessa forma, num divisor de águas entre dois momentos representativos: dez anos antes e dez anos após o surgimento do novo marco regulatório do saneamento básico no Brasil, em janeiro/2007. Pretende-se assim, com esse estudo, verificar se a política pública do saneamento básico contribuiu para a estruturação do território na Região Metropolitana de Natal nos últimos vinte anos, período marcado pelo crescimento acentuado da ocupação desse território e pelo surgimento de um novo marco regulatório para o setor. Ao buscar tais respostas numa investigação que estabelece como fio condutor a política pública do saneamento básico, tem-se como premissa o reconhecimento da relevância dessa política pública e do seu caráter estratégico, colocando-se a universalização desse serviço como fator primordial à dignidade humana. Baseando-se em dados e informações a serem obtidos por meio da pesquisa documental que se pretende realizar, toma-se como referencial teórico a legislação pertinente, compreendendo um arcabouço de leis, decretos, portarias e atos normativos que tratam do tema, no seu alcance nacional e local. Cabe destacar a valiosa fonte que são os censos, planos e estudos elaborados pela área técnica associada à gestão pública do saneamento básico, nos diferentes entes federativos.

Pretende-se trabalhar de forma articulada com as diferentes áreas do conhecimento científico, na busca de uma compreensão do papel desempenhado por uma política pública na estruturação do território, tomando-se como base o universo do espaço físico e suas relações com as ciências sociais, a história, o direito, a arquitetura, a geografia, na busca de respostas às indagações pertinentes à estruturação do território.

**GILNADSON DA SILVA BERTULEZA**

**“AQUI NÃO É MAIS COMO ERA ANTES”:**

**as transformações no espaço urbano da área do antigo Centro Social Urbano no bairro da Cidade da Esperança, Natal/RN.**

As áreas públicas, especialmente a superquadra do antigo Centro Social Urbano, no bairro da Cidade da Esperança, Natal/RN, desde a sua fundação no início da década de 1960, atuaram como palco de importantes acontecimentos para o convívio social no bairro, através do oferecimento de atividades recreativas, esportivas, culturais e profissionalizantes. No entanto, observa-se certo distanciamento dos moradores desses espaços de relações humanas em virtude de sua mudança de função através da instalação de equipamentos institucionais. No ano de 2010 foi autorizada pela Prefeitura Municipal de Natal (PMN) a construção de uma Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) nesta área, mais especificamente a parte ocupada por uma pista de *skate*, um *bicecross* e uma quadra. Isso acarretou a destruição de grande parte dos espaços de lazer, provocando nos moradores e, principalmente nos usuários desses locais, um sentimento de indignação e revolta por se tratar de uma área de lazer, diversão e de prática de esportes para os jovens de toda a comunidade e de suas adjacências (MORADORES, 2010). Partindo dessa problematização, questiona-se nesta pesquisa: Como os edifícios construídos para abrigar novas instituições, no bairro da Cidade da Esperança, contribuíram para o distanciamento da população local dos espaços de convívio humano existentes na área do antigo Centro Social Urbano e das atividades que eles congregavam? Dessa forma, o objeto de estudo versa sobre as transformações no espaço urbano construído e sua relação com os novos rumos da vida cotidiana. Neste contexto, tem-se como objetivo principal compreender a influência dos fatores físico-espaciais da dinâmica urbana na (re)estruturação do cotidiano da cidade, com o intuito de alimentar a discussão a respeito da interferência das políticas públicas e das intervenções urbanas nos espaços da cidade em geral e, mais particularmente, em Natal e na Cidade da Esperança. Com base em reflexões empreendidas por Agnes Heller, José Magnani, Ana Fani Carlos, Marc Augé, Henri Lefebvre, Niara Palma, Luís Ribeiro, Adauto Cardoso e Ermínia Maricato, serão abordados aspectos relacionados ao conceito de relação Cotidiano, Lugar e Não-lugar, Espaço-Tempo, Dinâmica Urbana, Novas Centralidades e ao caminho das Políticas Urbanas no Brasil. O percurso metodológico adotado procura aliar os preceitos estabelecidos pelo método de pesquisa etnográfica a uma perspectiva histórica. Em suma, a pesquisa firma-se por seu caráter qualitativo com a realização de entrevistas, confecção de mapas, observações in loco, tomada de imagens, consultas em órgãos públicos e em antigos registros do bairro, como por exemplo, fotografias antigas de acervos particulares e matérias de jornais antigos. Por fim, cabe frisar que o trabalho estrutura-se como caminho para confirmação ou não das hipóteses: (I) A inserção desses edifícios na área por si só gera mudanças significativas em sua organização interna, por se tratar de um uso que não é recorrente no local onde são inseridos, além de gerar mudanças no uso do solo em seu entorno. Com isso, passa a haver uma competição entres os espaços existentes e os novos, sendo que aqueles primeiros devido à ausência de apoio do poder público e até mesmo de uma parcela da população, na maioria das vezes, perdem essa disputa. Dessa maneira, eles sofrem com a falta de manutenção, ocasionando assim a sua degradação e, consequentemente, o distanciamento dos moradores; (II) existia uma espacialidade gerando certa sociabilidade. Com o passar do tempo aquela primeira foi sendo rompida, ocasionando o desfacelamento das relações humanas. Gerou-se assim outra sociabilidade com o novo espaço criado. Em que pese todos outros fatores referentes a momentos históricos e conjunturais, pode-se pressupor que existe uma interferência ou uma relação entre essas mudanças de uso e as relações sociais de convívio que culminam na dialética do estranhamento/reconhecimento ou, como revela Carlos (2001, p.32), “na relação contraditória entre o tempo de vida e o tempo das transformações na morfologia urbana”.

GLEIDE CONCEIÇÃO DOS SANTOS

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA INDÚSTRIA CERAMISTA NO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN**

No Brasil a atividade ceramista é responsável pela fabricação de tijolos, lajes, telhas, blocos, elementos vazados, utensílios de uso doméstico e de decoração. Na região Nordeste, esse segmento da economia é constituído pelas olarias ou cerâmicas e fábricas de louças de barro. Esse tipo de atividade gera uma diversidade de impactos socais e ambientais devido as suas características produtivas que depende da exploração de recursos naturais e que envolve um processo produtivo rudimentar. Assim, indústria de cerâmica vermelha no Rio Grande do Norte, desempenha importante papel na economia das pequenas cidades, com a geração de empregos diretos e indiretos. Sendo responsável pela fabricação de tijolos, lajes, telhas, blocos, elementos vazados, utensílios de uso doméstico e de decoração. Posto isso, a indústria de cerâmica vermelha é uma atividade muito tradicional e difundida na Região Seridó e em Jardim do Seridó. Que ainda continua sendo exercida sem aparato tecnológico praticamente nenhum. Aqui se ressalta, que o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,663, conforme dados mais atuais (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010). Dessa forma, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo identificar os impactos sociais e ambientais decorrente da atividade ceramista no município de Jardim do Seridó-RN que vem se expandindo ao longo dos anos como uma opção socioeconomia. Essa expansão vem se dando em algumas áreas territoriais do município com caráter mecanizado, e que traz novas possibilidades de reprodução social para alguns segmentos da população. Como decorrência de sua dinâmica atual, aumentaram-se os números de empresas, de produção, de comercialização e de geração de empregos, mas também os problemas de ordem socioambientais (degradações da rala cobertura vegetal e da condição humana, por exemplo), contribuindo para o surgimento de uma problemática que passou a ser questionada, discutida e analisada por este projeto. No caso de Jardim do Seridó - RN a fabricação de telhas e tijolos se constitui numa fonte de renda para muitas famílias, que trabalham diretamente nas cerâmicas ou fornecem a matéria-prima (como a lama retirada dos açudes) para sua fabricação. A atividade ceramista se caracteriza por sua produção ser basicamente artesanal com um pequeno aparato de maquinário rústico como fornos a lenha e secagem ao sol. A comercialização da produção ceramista em geral formada por tijolos e lenha é vendida aos Estados vizinhos ao RN e aos municípios do entorno de Jardim do Seridó. Porém, as indústrias ceramistas são importantes para a geração de renda, já que o município é pouco dinâmico economicamente e o trabalho não exige nível de escolaridade alto. Esta atividade acaba sendo a única fonte de renda dos trabalhadores que se caracteriza com jovens abaixo dos trinta anos. O trabalho será realizado nas indústrias ceramistas sediadas no município de Jardim do Seridó/RN, sendo que município apresenta uma população de 12.113 habitantes (IBGE, 2010). Para se conhecer os diversos aspectos da atividade ceramista do referido município foi elaborado um instrumento para servir de interface nas entrevistas (questionário) com os trabalhadores A metodologia utilizada é qualitativa, tratando-se de estudo exploratório composto de pesquisa bibliográfica e de campo com a aplicação de questionário semi-estruturado formado por questões objetivas e discursivas nas cerâmicas na área do município pesquisado e registro fotográfico. Para análise destes, serão criadas categorias de respostas seguindo Bardin (2011). Com isso, serão realizadas consultas a EMATER, IDEMA, paróquia de cidade de Jardim do Seridó e no portal de revistas brasileiras online (SCIELO), isso para obtenção de documentos ou informações acerca das indústrias ceramistas no Nordeste e em Jardim do Seridó. Porém, serão necessárias consultas as resoluçõesde aquedações das leis no Ministério do Meio Ambiente - Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

IGOR BRUNO PINHEIRO DA SILVA

**O IMPACTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA MOBILIDADE SOCIAL FAMILIAR:**

**análise dos beneficiados no município de Ceará-mirim**

O Minha casa, Minha vida é um programa criado pelo governo federal, que visa reduzir o déficit habitacional no Brasil, provendo a população dos mais diversos níveis de renda, a possibilidade da aquisição da casa própria. Este estudo tem como objetivo verificar o impacto do Programa Minha Casa Minha vida dentro da realidade de Ceará-mirim, de modo a constatar o real efeito desta política pública de nível nacional, na mobilidade social dos seus beneficiários.

Para tal, o trabalho se propõe a analisar os empreendimentos do Minha casa, Minha vida, localizados em Ceará-mirim, a fim de constatar se o programa habitacional produziu efeitos ascendentes ou descendentes, no que se refere a temática da mobilidade social. É relevante ressaltar que o presente trabalho, vai avaliar a experiência de um grupo de indivíduos inseridos no programa e tentar estabelecer então, um paralelo com a literatura existente sobre o programa, com o objetivo de comparar perspectivas e então produzir uma análise imparcial sobre este objeto de estudo.

A pesquisa trará uma abordagem sociológica sobre a mobilidade social, destacando os casos que estão vivenciando experiências de ascendência ou descendência no tocante a mudança de estratificação social, dentre os beneficiários do programa.

O foco do trabalho está inicialmente em encontrar indícios dessa mobilidade social em meio à realidade do conjunto natureza, situado em Ceará-mirim e que engloba quatro empreendimentos do Programa Minha casa, Minha vida. Para o devido levantamento desses indícios será feito um acompanhamento através da vivencia no local estudado, tendo por objetivo identificar em meio a realidade cotidiana indícios de mobilidade social.

O estudo se utiliza dos dados provenientes do Observatório das Metrópoles, bem como da ampla literatura existente sobre o Programa Minha Casa, Minha vida, buscando através da Leitura de Le’Guirriec (2015) estabelecer uma leitura do fenômeno sociológico que é a mobilidade social.

LE’GUIRRIEC, Patrick. Habitat, inégalités et dignité ASPECTS DU PROGRAMME MINHA CASA, MINHA VIDA À NATAL (BRÉSIL). 2015. Disponível em: http://www.metropolitiques.eu/Habitat-inegalites-et-dignite.html

JELISSE VIEIRA GOMES ALMEIDA

**A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO METROPOLITANA FUNCIONAL DE NATAL-RN**

Diante da alteração dinâmica da população brasileira caracterizada pela mudança no perfil da relação “urbano-rural” no país, somado ao fenômeno da crescente urbanização, têm-se a consolidação de problemas de cunho estrutural nas cidades. Assim, qualquer estratégia de reforma urbana e ações públicas terão que considerar o contexto metropolitano. Na perspectiva ambiental, a geração e consequente gestão de resíduos sólidos configuram-se como um dos principais problemas urbanos atuais, prejudicial à saúde pública e danoso para o meio ambiente, além de acarretar consequências imediatas para os centros urbanos. No Rio Grande do Norte (RN) esta temática se torna mais preocupante, uma vez que não se tem conhecimento sobre a destinação final dos resíduos sólidos gerados em 76 dos 167 municípios do Estado (IBGE). Haja vista que a geração de resíduos é uma atividade considerada inerente ao ser humano, as implicações causadas pelo acúmulo e gerenciamento ineficiente dos resíduos remetem a consequências prejudiciais para a sociedade atual e futura. Assim, é importante considerar que na Região Metropolitana funcional de Natal-RN estão presentes as principais infraestruturas de bens e serviços, sendo o local onde mais se consome no contexto regional a geração de resíduos é amplificada o que reflete diretamente no âmbito social e ambiental. O processo decisório e ações públicas dos gestores são a ferramenta principal para contribuir com o ideal de desenvolvimento baseado na sustentabilidade, pois configuram estratégias capazes de alinhar os diversos interesses do Estado, mercado e sociedade. Contudo, para que as políticas públicas logrem êxito no propósito a que se dispõe faz-se necessário a elaboração de novas formas de articulação entre os grupos de interesse envolvidos. A fim de definir diretrizes, princípios e instrumentos fundamentais acerca da temática dos resíduos sólidos no âmbito nacional, estadual e municipal, foi instituída em agosto de 2010 a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), sendo considerada produto da articulação entre órgãos e entidades públicas e privadas, desde especialistas técnicos na gestão de resíduos sólidos até cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, em que se busca uma maior coerência entre a produção e o consumo consciente. Dessa forma, esta dissertação compreende como objeto a Política Nacional de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana funcional de Natal, levando com consideração que essa política pública possui como objetivos fundamentais enfrentar as consequências sociais, econômicas e ambientais do manejo de resíduos sólidos sem prévio e adequado planejamento técnico. A fim de corroborar com essa questão, esta dissertação de natureza qualitativa e exploratória propõe analisar a atuação gestores públicos envolvidos na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) na Região Metropolitana funcional de Natal (RMN) utilizando-se do método indutivo o que proporciona a criação novas estratégias e ações numa perspectiva regionalizada conforme estabelece os princípios da PNRS. Especificamente, possui como objetivos, diagnosticar a situação atual da problemática de resíduos sólidos na RMN funcional; apresentar os arranjos institucionais existentes para implementação da PNRS na RMN funcional e; mapear a atuação dos gestores públicos inseridos no contexto de implementação e efetivação desta política pública no espaço metropolitano. No momento, a pesquisa encontra-se em fase bibliográfica e documental, contudo já estão sendo iniciadas a identificação dos gestores públicos atuantes para a implementação da PNRS na metrópole funcional de Natal por meio da observação direta e participante em instâncias de fomento à colaboração intermunicipal, propiciando a tomada de decisão de interesse comum no espaço urbano.

JULLIANI LAISS ALVES MAIA

**DESVENDANDO A CIDADE:**

**um estudo sobre a dinâmica espacial urbana e a efetividade da mobilidade urbana**

A cidade atrai população por ser concebida como o lugar de oportunidades, do emprego, da concentração de atividades comerciais e da oferta dos mais diversos serviços. No entanto, é também na cidade que a desigualdade se materializa de maneira notória. Nem todos os que nela habitam usufruem de forma igualitária do que ela pode oferecer. Esta questão vem sendo trabalhada ao longo do tempo pelas ciências relacionadas ao estudo do fenômeno urbano, mostrando que são muitos os entraves que interferem no desenvolvimento da cidade e principalmente na vida dos que nela vivem como exemplos a questão habitacional, a insegurança, a pobreza, entre outros. Tendo como tema central a mobilidade urbana e considerando como área de estudo a Região Metropolitana Funcional de Natal/RN, este estudo tem por objetivo compreender as relações entre a produção sócioespacial e a rede de transporte público coletivo dos municípios que integram a Região Metropolitana Funcional de Natal. As razões para a baixa efetividade do sistema de mobilidade urbana na cidade de Natal estão expressas em trabalhos já realizados sobre esta temática. No entanto, percebe-se que falta um aprofundamento no que diz respeito ao estudo da produção sócioespacial da cidade, ou seja, como a sociedade está organizada no espaço, e como este arranjo interfere na efetivação do sistema, considerando efetividade como a capacidade de funcionamento satisfatório e verdadeiro do serviço prestado a população. Buscamos respostas ao seguinte questionamento: Como a produção sócioespacial de Natal, cidade polo da região metropolitana, interfere na efetividade do sistema de transporte público coletivo urbano aí operante, considerando a dinâmica existente em sua região metropolitana funcional? Acreditando na hipótese de que a produção sócioespacial de Natal se constitui em um obstáculo para a efetividade do sistema de transporte público coletivo. Para tanto, tem-se como propostas específicas: a elaboração de uma representação cartográfica que aponte os padrões de produção sócioespaciais da área de estudo para que em seguida sejam realizadas sobreposições com informações relacionadas à rede de transporte público atuante; Identificar as centralidades, considerando a concentração de comércios e serviços e os fluxos existentes; Caracterizar a rede de transporte público coletivo atuante; Relacionar as informações sócioespaciais e as informações sobre a rede de transporte público coletivo. Para o alcance os objetivos elencados está sendo realizada uma leitura teórica de obras relacionadas a tal temática, além de pesquisas por trabalhos que tenham o mesmo objeto de estudo. Em paralelo a essa etapa, segue a fase de obtenção de dados secundários relacionados às seguintes variáveis: densidade demográfica, renda e fluxos de origem/destino em direção à cidade polo da Região Metropolitana Funcional de Natal, localização de áreas comerciais e de serviços. Mais adiante, essas informações serão organizadas de forma a subsidiar a produção cartográfica, na qual fara-se uso do SIG (Sistema de Informações Geográficas). Espera-se que este trabalho seja mais uma contribuição significante aos estudos que se destinam a efetividade plena do sistema de transporte público coletivo e consequentemente a um impacto positivo na qualidade de vida da população.

LUIS RENATO NOGUEIRA DA ROCHA

**EX-FAVELA OU REFAVELA?**

**uma abordagem acerca dos projetos de remoção e urbanização de assentamentos precários em Natal/RN**

O município de Natal, de acordo com o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), tinha, até o ano de 2007, 74 assentamentos precários espalhados pelas quatro regiões administrativas da cidade, sendo 19 na região Norte, 10 na região Sul, 16 na região Leste e 29 na região Oeste. Entre os anos de 2002 e 2016, a Prefeitura do Natal implementou alguns projetos de urbanização de assentamentos precários e de produção de habitação de interesse social, que culminaram na remoção parcial ou completa de 15 assentamentos precários e favelas na cidade.

As ações da Prefeitura do Natal destinadas às famílias residentes nos assentamentos precários e favelas foram desenhadas de três formas distintas: 1) grandes projetos de urbanização integrada de favelas; 2) programas habitacionais de produção de moradia; e 3) ações pontuais de remoção de famílias para outras localidades.

Dentre os projetos de urbanização integrada executados no período de 2002 a 2016, tem-se a urbanização integrada do Passo da Pátria, na zona leste; a urbanização da comunidade África, na zona norte; o projeto de construção de unidades habitacionais e infraestrutura urbana no bairro Planalto, na zona oeste, sendo este último o mais abrangente, uma vez que recebeu famílias de 09 (nove) assentamentos distribuídos nas regiões oeste, sul e de leste da cidade, e originou a criação de três conjuntos habitacionais: o Leningrado, o Emanuel Bezerra e o Santa Clara.

Dos três conjuntos construídos no âmbito do projeto “Planalto/DETRAN”, o Santa Clara, que está inserido no território do bairro Guarapes, foi o que mais recebeu famílias dos assentamentos precários. Nele foram reassentados 6 comunidades de diferentes localidades: Via Sul, de Candelária; Sopapo, de Mãe Luiza; Alagamar e Pião, de Ponta Negra; Detran, de Cidade Nova; e parte do Leningrado, do bairro Planalto.

O conjunto Leningrado recebeu parte das famílias do assentamento que deu nome ao conjunto. O conjunto Emanuel Bezerra, localizando na fronteira dos bairros Guarapes e Planalto, recebeu as famílias das favelas do Fio e Alemão e parte das famílias da favela do Leningrado.

Ainda em relação à produção de moradia, agora no âmbito no Programa Minha Casa Minha Vida, a Prefeitura deu início à construção de quatro residenciais – dois, atualmente, ainda em fase de obras – , que culminaram na erradicação de quatro favelas: 8 de Outubro, Anatália, Monte Celeste e Maruim. Em relação à comunidade do Maruim, antes do início das obras de construção do residencial São Pedro, a Prefeitura do Natal, por meio da SEHARPE, deu início a um projeto de remoção gradativa das famílias para outros bairros de Natal, no qual as famílias escolheriam as casas e as localidades para onde queriam se mudar. O projeto foi cancelado após verificar-se a sua inviabilidade técnica e financeira.

As informações aqui reunidas nos permite ter uma visão ampla acerca da atuação do município de Natal na questão da remoção de favelas. Um aspecto interessante a ser observado é que a atuação se deu, como elucidado anteriormente, por três frentes distintas: a urbanização integrada de assentamentos precários; a produção de moradia; e a remoção pontual para outras localidades da cidade. Considerando o número de favelas que passaram por intervenções no período (2002-2016), considera-se a realização dessa pesquisa pertinente, a fim de se identificar como aconteceram todos os processos e, o mais importante, se as políticas públicas implementadas estão realmente sendo efetivas e eficazes.

MIKAEL VICTOR SILVA DA CÂMARA

**O BEM ESTAR, QUALIDADE DE VIDA E A SUSTENTABILIDADE NA RMNATAL**

Este plano de trabalho que tem como tema “O bem estar, qualidade de vida e a sustentabilidade na Região Metropolitana de Natal (RMNatal)” apresentará discussões sobre a temática da sustentabilidade no urbano ao estabelecer o Índice de Bem Estar Urba na RMNatal com o objetivo de debater os conceitos de Bem Estar, qualidade de vida e de sustentabilidade para compreender as perspectivas de desenvolvimento mais justo e equilibrado em cidades, tendo como partida territórios em processo de metropolização, a partir do exemplo da RMNatal. Destarte, o trabalho analisará como o Bem Estar e a qualidade de vida estão contidos dentro da constituição da esfera urbana e metropolitana; se existem fatores plausíveis para explicar o contexto urbano da RMNatal e suas consequências para o bem estar de sua população; e por último, entenderá quais são ritmos da urbanização presentes no crescimento e desenvolvimento da RMNatal e se eles são variáveis dentro do contexto de sua metropolização. A pesquisa utilizará métodos exploratórios, pois alguns conceitos relacionados ainda foram pouco explorados na ótica dos estudos urbanos e regionais, principalmente quando são compreendidos na análise territorial da urbanização, formação das cidades e em localidades que apresentam processos de metropolização; será também documental porque existem muitos autores que dialogam com temas que serão debatidos facilitando a compreensão das análises; além de métodos históricos, fazendo retrospectiva dos principais fatos que marcaram o processo de metropolização da RMNatal. Em seguida, serão utilizados dados do Censo 2010, a partir das áreas de ponderação do IBGE, para inferir resultados com amostras das variáveis do IBEU ou Índice de Bem Estar Urbano (índice criado pelo Núcleo Observatório das Metrópoles) no âmbito local da RMNatal para ser integrados teoricamente com os conceitos que serão dialogados, compreendendo a urbanização da RMNatal. A escolha sobre esta temática se justifica pela necessidade de entender ampliar os estudos sobre a sustentabilidade em territórios urbanos e em processo de metropolização e as diversas dinâmicas em que se envolvem, relacionando com o conceito de qualidade de vida, de bem estar, gerando equidade nos espaços urbanos. Os objetivos deste projeto não foi fácil de definir, porque trabalhar com tal temática e tais conceitos envolve interesses múltiplos de compreensão. Destarte, perceber quais são os níveis de satisfação das populações urbanas é algo complexo e ainda pouco explorado, principalmente se formos relacionar com variáveis subjetivas, já que os sujeitos analisados e as informações são diversificados. Portanto, se faz necessário um estudo neste sentido, para que se tenha um real panorama da Região Metropolitana de Natal, sob impactos da globalização, da agenda sustentável e da urbanização extensiva, mensurando o bem estar urbano e debatendo sobre a qualidade de vida a partir da discussão sobre sustentabilidade e equidade. Em suma, este trabalho pretende analisar a constituição do espaço metropolitano de Natal, analisando a sustentabilidade a partir do estudo sobre a qualidade de vida e da compreensão do bem estar urbano dentro do desenvolvimento territorial, observando a interação da cidade polo com os demais municípios da RMNatal das diversas formas. Assim, será compreendido como o Bem Estar está contido dentro da esfera urbana; se existem várias maneiras para explicar como o contexto urbano da RMNatal afeta a qualidade de vida de sua população; e por último, observar se os ritmos de urbanizações são variáveis dentro do contexto da metropolização da RMNatal, pois os ritmos são construídos a partir das condições de vida e de condições ambientais efetuadas pelo meio em qual foi feito o território.

MILENNA PAIVA NICOLETTI

**UMA ANÁLISE DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**PNAE no município de Natal/RN**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é instituído formalmente através da lei federal 11.947/2009 em âmbito nacional sob responsabilidade do Ministério da Educação e sistematizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, visando garantir a segurança alimentar por meio de uma alimentação saudável aos alunos da rede pública de educação básica e do fomento à agricultura familiar. O PNAE objetiva promover através de técnicas operacionais a alimentação saudável e adequada por meio de alimentos diversificados, seguro, observadas as tradições e hábitos culturais permitindo maior qualidade no processo ensino e aprendizagem e avanço no rendimento escolar, desenvolvimento de práticas saudáveis e educação alimentar, bem como, participação da comunidade nas ações do programa. Além disso, busca promover o desenvolvimento local posto que consoante lei que regulamenta o programa, a alimentação oferecida no ambiente escolar deve ser adquirida em um mínimo de 30% (trina por cento) produzida em âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar através das chamadas públicas, dispensando-se o processo licitatório desde que os valores sejam compatíveis com o mercado local, permitindo assim maior celeridade à aquisição dos produtos. Conforme a Lei que normativa a política, os recursos financeiros oriundos da União são repassados via FNDE aos estados, Distrito Federal, municípios e escolas federais para execução da política no contexto local, devendo ser empregados tão somente na aquisição de gêneros alimentícios visando suplementar as necessidades nutricionais dos alunos. Em conformidade à referida legislação concernente ao programa, o arranjo institucional do PNAE transfere para o município competências desde a garantia da alimentação escolar conforme necessidades nutricionais dos estudantes, promoção de educação alimentar e nutricional, capacitação dos recursos humanos envolvidos na execução do programa, fornecimento de instalações físicas até a prestação de contas dos recursos recebidos, conferindo ainda autonomia aos municípios para que celebrem convênios ou acordos que permitam auxiliar e otimizar o controle do programa. Ainda que o desenho institucional do PNAE determine as diretrizes básicas, especialmente objetivos e metas que deverão ser desenvolvidos, é o município executor do programa através da descentralização prevista constitucionalmente que conduzirá a implementação da política pública, articulando o arranjo às instituições que permeiam o âmbito local. Portanto, o objetivo da pesquisa é analisar a dinâmica do PNAE e os arranjos institucionais locais que sustentam essa política pública no município de Natal, de que forma a burocracia local internaliza o programa e o transforma no decorrer da implementação. Desta maneira, o enfoque analítico a ser adotado será centrado na abordagem dos arranjos institucionais de implementação das políticas públicas. Para este estudo usaremos o conceito de Gomides e Pires (2012) entendendo o arranjo institucional como o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica. Portanto, compreender o processo das políticas públicas requer aprofundar o olhar nos arranjos institucionais que dão sustentação à implementação destas. Para consecução dos objetivos propostos a pesquisa realizará uma análise qualitativa buscando compreender de forma aprofundada, interpretativa e subjetiva o objeto da pesquisa. Inicialmente, contará com pesquisa bibliográfica acerca do objeto de estudo compilando a contribuição de diversos autores à temática, bem como, pesquisa documental através da análise de documentos oficiais, leis, regulamentos que permitam captar o desenho institucional do PNAE delineado em âmbito federal para conhecimento dos objetivos, metas, alocação de recursos e resultados esperados do programa. Em seguida, serão realizadas entrevistas auxiliadas por um roteiro de perguntas, permitindo uma maior liberdade na fala dos entrevistados, buscando compreender a dinâmica da política pública, os desafios, entraves e de que forma o arranjo institucional é incorporado pelos principais atores envolvidos na operacionalização do PNAE no contexto local. Ao final será realizada uma análise através de interseção entre pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, estabelecendo categorias de análise que propiciem a compreensão das relações que se estabelecem, forma que a ideia é executada e como o plano é percebido pelos entrevistados permitindo assim que se extraiam resultados e conclusões quanto aos arranjos institucionais utilizados no contexto local e se os referidos arranjos estão contribuindo para a consecução dos objetivos propostos na política.

PAULA JULIANA DA SILVA

**OS VAZIOS URBANOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE NATAL/RN**

Os vazios urbanos se inserem na dinâmica de (re)produção da cidade e são o resultado da produção da cidade, ou seja, houve um trabalho social em seu entorno para que pudessem caracterizar-se como vazios. Eles são gerados da mesma forma como são criadas as construções urbanas. Há vazios urbanos que são totalmente vazios de uso e ocupação (terrenos baldios), mas há outros que se enquadram nessa categoria, mas que não têm sua área totalmente vazia, caracterizando-se como casas e edifícios abandonado. No Brasil, as discussões sobre os vazios urbanos aparecem relacionadas com o processo de expansão urbana capitalista, quando no ato de crescimento urbano as cidades expandiam-se em direção as periferias, deixando nos interstícios; terrenos vagos, mantidos fora de mercado à espera da valorização imobiliária. Em Natal, não foi diferente. O processo de crescimento urbano, motivado pela participação na Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, condicionou a expansão urbana e foi responsável pela formação de vários vazios urbanos. Tal fato fez emergir, além de um intenso aumento populacional, um mercado de terras no qual a figura do loteador surge como um agente transformador do espaço. Compreende-se, assim, que os vazios mantidos na malha urbana aumentaria a possibilidade do proprietário elevar o valor da terra, ao passo que o uso do solo urbano por outra parte da população, que não tem recursos para realmente habitar a cidade, são-lhes vedadas pela barreira da propriedade privada. Neste sentido, o presente trabalho busca compreender o papel desenvolvido pelos vazios urbanos no processo de produção do espaço da cidade de Natal. Para isso, foi abordado o conceito tomando por base a concepção de diferentes autores e foram caracterizados três tipos de vazios que melhor explicou o fenômeno no contexto da proposta do trabalho, como as áreas ociosas, vazios estruturais-históricos, vazios institucionais. As áreas ociosas, compreendidas como aquelas áreas que estão vazias de uso, que são retidas para efeito de especulação e que, temporariamente, estão fora do mercado imobiliário. São áreas que, a qualquer momento, podem entrar no mercado novamente. Os vazios estruturais-históricos, compreendidos como aquelas áreas que estão bem localizadas em zonas consolidadas da cidade - a parte central - e que têm alguma história, uma espécie de identidade peculiar, mas suas estruturas físicas tornaram-se subutilizadas, abandonadas e obsoletas. E, por fim, as áreas pertencentes às instituições públicas e privadas, ocupadas, mas com sobras, compreendidas como imóveis e terrenos que estão vazios pertencentes às forças armadas, à Petrobrás, à Prefeitura, ao Governo do Estado, ou alguma outra instituição pública e/ou privada. Para cada uma desta tipologia foi analisado um exemplo no contexto geral da cidade por meio entrevistas semiestruturadas com técnicos, gestores e agentes públicos envolvidos na promoção da cidade e/ou relacionados à gestão dos vazios urbanos.

REBECA MAROTA DA SILVA

**ENERGIA EÓLICA NO LITORAL DA COSTA BRANCA POTIGUAR**

Os fenômenos socioeconômicos do Nordeste são produtos de determinações históricas que se manifestaram na região e que se espraiaram pelos seus estados, influenciando a formação de seus territórios. No contexto atual, elevados investimentos em regiões periféricas continuam trazendo transformações em seus espaços. Considerando que a produção de energia eólica se constitui em uma nova proposta de desenvolvimento, afirma-se que a pretensão desta dissertação é delimitar um estudo que responda: *como se manifestou a dinâmica socioeconômica dessa matriz energética no polo da Costa Branca do Rio Grande do Norte?*

No Rio Grande do Norte, estado que possui elevados investimentos na energia renovável, faz-se mister ampliar o debate sobre os efeitos da combinação território e energia eólica. Enquanto estruturas produtivas, os parques eólicos são capazes de conectar escalas locais, nacionais e globais. Entretanto, tais parques podem ser dificultados se uso do território, enquanto um ativo necessário à produção energética, intensificar a pobreza, a desigualdade, limitar investimentos ou não se traduzirem em ativos sociais locais ou regionais inibidores de vulnerabilidade social.

O desafio identificado para o Rio Grande do Norte é não repetir o erro de atividades econômicas anteriores a atividade de produção de energia eólica. Ou seja, de que forma os territórios ocupados com parques eólicos, que recebem grandes quantias de investimentos para as suas instalações, podem se beneficiar ao ponto de reduzirem o cenário periférico no qual se encontram?

Para a melhor compreensão de como se desenvolve uma região periférica como o litoral da Costa Branca Potiguar, adotou-se como plataforma metodológica o método de investigação histórico-estruturalista (FURTADO, 1979; RODRIGUEZ, 2009). Nesse paradigma metodológico os fatos históricos modificam as estruturas sociais, políticas e, notadamente, as econômicas. A pesquisa parte da análise dos fatos históricos que se manifestaram em diferentes períodos impactando positiva ou negativamente nas estruturas produtivas e sociais. No caso do presente trabalho, o recorte temporal ocorre entre os anos 2000 e 2015. O período inicia-se em 2000, por ser o ano em que se iniciam as primeiras prospecções de projetos de parques eólicos na região estudada e 2015 foi escolhido o período final por ser o último parque eólico a entrar em operação no Litoral da Costa Branca. Apesar da delimitação do referido período, será realizada uma revisão em décadas anteriores, partindo de 1960, período onde se inicia a maturação de estruturas produtivas tradicionais na região para entender na atualidade como estas diversas estruturas interagem com este novo setor de atividade estudado neste trabalho que é energia eólica.

Em 2005, inicia-se a outorga para a construção dos parques eólicos no Litoral da Costa Branca Potiguar iniciando assim um ciclo dinâmico específico da economia das eólicas na região. Desta forma, a presente pesquisa apresenta como objetivo principal analisar a dinâmica socioeconômica dos municípios produtores de energia eólica no Litoral da Costa Branca Potiguar (2000-2015). Formularam-se, para o presente trabalho, objetivos específicos com o intuito de auxiliar a análise no decorrer do trabalho.

A principal justificativa dos mecanismos governamentais e de investidores do setor energético para a instalação de parques eólicos é que esse movimento alavanca o desenvolvimento. Assim, o primeiro objetivo específico deste trabalho é compreender através da discussão teórica o que são os fenômenos desenvolvimento econômico, sustentável e regional. A ideia é por em relevo a construção teórica do conceito desde os clássicos até discussões mais recentes sobre o entendimento de desenvolvimento na periferia e sobre desenvolvimento sustentável.

O segundo objetivo específico está em identificar, à luz dos processos históricos, como a Energia Eólica se insere no contexto de desenvolvimento tanto em economias já desenvolvidas quanto na periferia. Com esse esforço, pretende identificar se através das eólicas o fenômeno desenvolvimento se revela de forma semelhante em regiões desenvolvidas e periféricas.

Como terceiro objetivo tem-se a intenção de responder se os municípios receptores dos investimentos em energia eólica são capazes de mudar o seu quadro de região periférica. Isto é, pretende-se responder quais as vicissitudes e limites do desenvolvimento econômico a partir da Matriz de Energia Eólica nos municípios estudados.

O quarto objetivo consta em identificar como e se o formato dos investimentos dos parques eólicos no estado possui capacidade de alavancar o seu desenvolvimento econômico. Portanto, procura-se identificar qual a melhor forma desses investimentos promoverem o desenvolvimento regional.

Para a construção da matriz estrutural do objeto de análise, o presente estudo contará, em seu processo de elaboração, com dados quantitativos sociais e econômicos. Para tanto, serão utilizados como fonte o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e, principalmente, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA).

Para a consubstanciação teórica da pesquisa, será realizada uma revisão bibliográfica sobre o estado da arte a respeito dos conceitos de desenvolvimento socioeconômico, desenvolvimento regional, desenvolvimento sustentável e sobre a formação econômica potiguar. Serão analisados também documentos oficiais, tanto do governo do estado quanto de órgãos responsáveis pelo setor energético, sobre a proposta de desenvolvimento sustentável através de energias renováveis.

Assim, justifica-se o presente trabalho pelo recente movimento de implantação de novas matrizes energéticas sustentáveis ambientalmente em regiões periféricas com estruturas produtivas incipientes e com frágeis indicadores sociais. Dessa forma, vale investigar como uma nova atividade produtiva, com elevados investimentos, pode ser desenvolvida em regiões que historicamente têm sustentado limitados resultados produtivos.

RENATA ALMEIDA LEÃO

**EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E QUESTÃO SOCIAL:**

**um estudo sobre a rede de enfrentamento dessa problemática no município de Natal/RN**

O fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes consiste em um problema antigo, mas que torna-se persistente e adquire contornos cada vez mais graves na cena contemporânea, não recebendo, ainda, a atenção massiva que pressupõe, nem tampouco o engajamento fundamental que conduza-nos à um enfrentamento resolutivo. Trata-se, na atualidade, de uma das mais graves violações de direitos humanos historicamente conquistados, além de representar falhas no próprio Sistema de Garantia de Direitos (SGD), e na proteção integral para com o segmento infanto-juvenil. Acrescenta-se a isso, as consequências físicas e psicológicas oriundas de uma sexualidade vivida de modo precário, abusivo e inadequado, o que acarreta danos à curto, médio e longo prazo para os indivíduos que nela estão inseridos, ao passo em que deveriam ser vistos com absoluta prioridade na ótica do Estado, da sociedade civil e até mesmo da família, como sujeitos de direitos na prática. Um determinante crítico que tende ao incremento desse cenário é o fato de que, com o passar de décadas, novas formas de exploração e escravização foram sendo redescobertas sobre novas bases, que garantem a permanência de um padrão perverso de submissão dos indivíduos inseridos nessa realidade, ainda que sejam estes crianças e adolescentes. Nesta direção, a rede de enfrentamento à exploração sexual se configura como uma importante ferramenta para que se compreenda as especificidades da problemática que se apresenta, conduzindo à reflexão acerca da importância do fortalecimento da proteção integral para os sujeitos de direitos, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o principal marco legal da área da infância adolescência no Brasil. Por esta razão é relevante conhecer a rede de que dispomos, em sua composição e atividades desenvolvidas, observando os desdobramentos que ela adquire na contemporaneidade, justificando, portanto, a pertinência do estudo. Os percursos percorridos para este trabalho partem do seguinte questionamento: “Que elementos constituem a rede de enfrentamento à exploração sexual em Natal/RN e suas respectivas estratégias de combate ao fenômeno e garantia de direitos?” Como objetivo geral se pretende analisar a rede de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como as políticas públicas para este segmento que são implementadas através dela, considerando a questão social que compõe este cenário em Natal/RN. Neste sentido, será elaborada uma pesquisa de natureza exploratória e do tipo qualitativa, visando conhecer de modo mais crítico e aprofundado a rede de enfrentamento e seus principais atores e parceiros. Assim, serão realizadas pesquisas bibliográfica e documental, bem como pesquisas de campo a partir de visitas institucionais e entrevistas, auxiliadas por um roteiro de questões semiestruturadas, além do processo de observação participante concomitante ao quadro de construção das análises acerca desse processo exploratório. Por fim, realizar-se-á uma descrição e problematização de forma sistematizada das apreensões obtidas no decorrer da pesquisa e reflexões teóricas sobre a temática, destacando como está disposta a rede de enfrentamento em Natal/RN no que se refere à estrutura disponível, às propostas em andamento, os profissionais e demais atores que atuam diretamente com a problemática em questão, e como isso repercute na qualidade dos serviços prestados, haja vista que a rede em questão tem como principal objetivo congregar esforços de instituições que visem oferecer proteção e garantia de direitos para o público-alvo de suas ações. Espera-se que o estudo possa contribuir para a elaboração de discussões e referências que sejam subsidiárias ao debate e a apreensão desse problema, dada a sua relevância social e acadêmica.

RENATO LUNA DE LIMA

**O CONDOMÍNIO JARDIM ATLÂNTICO:**

**medo e esperança**

O medo urbano, que afeta as cidades contemporâneas, é uma mescla de violência real com imaginários sociais, engendrados por diversos atores, como os meios de comunicação e o capital do medo, que tem na segurança privada e na oferta de enclaves fortificados, seus principais produtos. A proliferação dos referidos sentimentos têm contribuído para a transformação urbana das cidades, fazendo emergir um novo panorama espacial. Marcado pelos processos de segregação e privatização urbana, novas formas de sociabilidade, notadamente aquelas pautadas em estratégias de evitação e preconceitos para com outros sujeitos urbanos e os grupos considerados perigosos e indesejáveis. E também uma militarização da questão urbana, com a emergência de discursos que defendem uma guerra contra o crime.

Novas espacialidades tentam contrapor os acasos da vida urbana, isolando pessoas dentro de ambientes controlados como os condomínios, shoppings centers, clubes, bancos entre outros. Na moradia, esses espaços são chamados por caldeira “enclaves fortificados” – “são propriedades privadas para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade” (CALDEIRA, 2000: 258)

Natal, capital do Rio Grande do Norte, ao longo de sua história, apresentou especificidades neste sentido. Durante os anos da década de 2000, segundo Queiroz (1998), o processo de produção desses enclaves registrou em cartórios 32.000 unidades, somente na modalidade incorporação. Grande parte em condomínios club do tipo horizontal e vertical. A maioria dos seus moradores vive amedrontada, fugindo dos seus espaços públicos e se auto segregando nesses espaços restritos. Os espaços abertos e plurais, que caracterizam o fenômeno urbano e a vida urbana, são considerados agora como perigosos, caóticos, barulhentos e poluídos; locais do desconhecido, dos diferentes e, portanto, dos indesejáveis. Sendo assim, a preferencia é os espaços fechados, protegidos, monitorados, climatizados, com regras conhecidas.

Esta pesquisa tem como foco investigar a vivência do condomínio fechado horizontal Jardim Atlântico no bairro de Nova Parnamirim/RN. Especificamente, pretende-se investigar quais as representações que seus moradores têm sobre a cidade de Natal/RN. A investigação das representações sobre os espaços (concebido, vivido e percebido) trará reflexões sobre o que de fato acontece na dinâmica do condomínio como reflexo do que é a cidade neste momento.

Como primeira fase da pesquisa foi levantada uma bibliografia sobre condomínios a fim de diferencia-los do caso empírico. Assim, já foi possível delimitar conceitos que se encaixem melhor na realidade empírica como caracterização do condomínio em Natal (empírico) vs Mundo (teoria). Ao se tratar de investigar a vivência, optou-se por fazer uma etnografia junto a entrevistas qualitativas para melhor determinar as representações dos próprios moradores e seu relacionamento com a cidade. Tais ações foram executadas para ajudar a perceber o movimento do crescimento de condomínios sobre um novo olhar do global para o particular. Assim, evita-se estudar o espaço (condomínio) como se fosse uma aldeia desconectada da totalidade do espaço.

Por conclusão parcial, percebemos que há emergência de um processo de auto-segregação baseada em comportamentos “escapistas” (ELLIN, 2003) e mixofóbicos (BAUMAN, 2009), a partir dos quais as camadas de média e alta renda recusam os espaços públicos da cidade e a sua heterogeneidade social, voltando-se para os espaços privatizados. As ruas e outros espaços públicos são transformados em espécies de “túneis”, nos quais as camadas de média e alta renda tendem transitar de um enclave para outro, conformando uma “rede sócio-espacial de segregação” (SVAMPA, 2001).

Por outro lado, observa-se que dentro deste enclave há reivindicações sobre o uso do espaço e a integração social. Alguns mecanismos peculiares à administração dos condomínios fazem com que os seus moradores percebam vantagens não somente no espaço e sim no poder decisório, o que de fato contrasta a sua ação no contexto da cidade, ora como morador de condomínio, ora como cidadão.

RUSIANO PAULINO DE OLIVEIRA

**TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NAS MICRORREGIÕES DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010 A 2015**

Os trabalhadores do meio rural brasileiro foram historicamente, excluídos de diversas políticas públicas. Durante décadas, esses trabalhadores não receberam benefícios advindos da perda de capacidade laboral, como a Previdência Social, e mesmo as tentativas de inserção quando não surtiam o efeito desejado, beneficiavam o trabalhador rural de forma incipiente e parcial. Somente após a Constituição Federal de 1988, e com as Leis de Custeio e Benefício da Previdência Social (Lei 8.212 e 8.213 de 1991), os benefícios previdenciários puderam ser estendidos de uma forma mais universalista aos trabalhadores do meio rural. Como consequência dessa "abertura" dos benefícios previdenciários, tem-se uma elevação nos gastos governamentais com aposentadorias, mas, além disso, o impacto direto na vida dos aposentados foi significativo. A melhoria na qualidade da habitação, a passagem da condição de dependente para provedor dentro do domicílio, aumento da renda das famílias *de* e *com* aposentados rurais e a melhoria da capacidade produtiva dos estabelecimentos rurais são apenas algumas das benesses. Além disso, muito se tem estudado sobre o impacto redistributivo das aposentadorias rurais, transferindo renda de regiões economicamente mais ricas do Brasil pra o Norte e principalmente para o Nordeste. Assim como, o peso que essas transferências tem representado na economia de pequenos municípios, sobretudo dessa região. O estado do Rio Grande do Norte, detém um dos maiores percentuais de beneficiários da Previdência Social Rural sobre a população total, quando comparado com outros estados da região Nordeste. Ademais, grande parte dos aposentados desse segmento no estado, encontram-se em pequenos municípios que não ultrapassam vinte mil habitantes. De posse dessas informações esse estudo pretende investigar o peso que as aposentadorias rurais representam para as 19 microrregiões do Rio Grande do Norte entre os anos de 2010 e 2015. Para isso, será utilizada uma abordagem quantitativa, comparando dados da Previdência Social Rural, obtidos através da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), com outros dados secundários relativos às microrregiões, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Produto Interno Bruto (PIB) e Pessoal ocupado assalariado. Utilizando-se também, dados do Censo 2010 do IBGE, serão investigadas as condições dos domicílios dos aposentados dentro das microrregiões do estado, afim de perceber possíveis diferenças entre esses e as residências do meio rural sem aposentados rurais.

SAMARA TAIANA DE LIMA SILVA

**POLÍTICA CULTURAL, FINANCIAMENTO E REGIME FISCAL:**

**estudo de caso dos setores culturais no município de Natal – RN**

O campo das Políticas Culturais no Brasil é caracterizado sobremaneira pela ausência de seus pleitos no centro de discussões da agenda governamental, fato que confere certa instabilidade em seus meios de atuação, o que historicamente tende a ser mais ou menos acentuado, a depender das prioridades das gestões políticas vigentes. Contraditoriamente, o ponto alto do desenvolvimento dessas políticas no país se deu na constância de regimes políticos autoritários (Estado Novo e Regime Militar), ponto que foi fortalecido após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu rol de avanços sociais trouxe o direito ao acesso aos bens e serviços culturais como uma garantia isonômica. Anos mais tarde, no entanto, durante a gestão de Fernando Collor de Melo, no início da década de 1990, o referido direito foi relegado a último plano nas prioridades da agenda, ocasião na qual o então presidente decretou a extinção de todo o organograma institucional responsável pelo fomento e regulação do setor cultural brasileiro, incluindo o Ministério da Cultura, rebaixado à condição de secretaria. Todavia foi criado, em 1986, por meio da extinta Lei Sarney (n° 7.505/86), o modelo de renúncia fiscal para o setor da cultura, como uma forma que o Estado encontrou para retirar de si a responsabilidade pelo investimento do setor em comento. Este modelo, em termos gerais, configura o principal meio de financiamento que serve como base financeira para toda a cadeia produtiva cultural do país até os dias atuais. Extinta a Lei Sarney, entrou em vigor a Lei Rouanet (n° 8.313/1991), atuante até os dias presentes, e que serviu como espelho para que os estados e municípios criassem suas legislações locais que seriam responsáveis pelo financiamento cultural em níveis infra federais. Nesta perspectiva, o presente trabalho objetiva refletir sobre a recepção do referido modelo tributário na cidade de Natal – RN, município que conta com legislação cultural própria, por meio da qual provém o financiamento de suas iniciativas culturais e artísticas. Será proposta, sobretudo, uma reflexão acerca da suficiência ou não deste modelo para o provento da cadeia produtiva cultural local e, sobretudo, se esses projetos seriam capazes de sustentar suas atividades na possibilidade da ausência deste modelo de financiamento, além de analisar as deficiências desta política, sabidamente ultrapassada e que já não atende às necessidades culturais da população brasileira, trinta anos após o início de sua implementação.

SARA JUDY CHRISTIE DE OLIVES

**TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:**

**desafios da política habitacional**

As transformações recentes no campo das políticas habitacionais no Brasil instauraram uma nova ordem de demandas por parte do Estado, quanto dos atores sociais e gestores públicos envolvidos com o processo de formulação e implementação de políticas públicas de habitação de interesse social e urbanização de assentamentos precários. Diante disto, este trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão da política habitacional, na cidade de Natal/RN, a partir do trabalho social desenvolvido nos espaços de atuação do poder público municipal junto às famílias beneficiadas pelo o Programa Minha Casa, Minha Vida (Faixa 1), considerando as diretrizes nacionais dos Ministério das Cidades e a sua efetivação na cidade do Natal/RN.

Com a criação do PMCMV, houve um retorno de debates fundamentais acerca da moradia social, com destaque para os seus efeitos sobre a cidade e na vida das famílias beneficiadas. A necessidade de garantir o acesso digno à moradia para amplos contingentes populacionais implica em lidar com a questão da provisão habitacional por meio do PMCMV, em seus mais diversos aspectos. Pois, o combate ao *déficit* habitacional não está restrito à construção de casas, mas deve pressupor o direito à cidade e ao acesso aos novos patamares de cidadania e qualidade de vida.

Por isso, é importante compreender que as políticas públicas de habitação de interesse social necessitam de uma visão multidimensional das realidades trabalhadas, superando os limites da ação localizada, buscando não somente a inserção social das famílias, mas também a adequada inserção urbana dos empreendimentos. Como respostas a estas questões que vão para além da edificação de moradias, o trabalho social dos Programas de Habitação de Interesse Social, normatizado pela Portaria Nº: 21, de 22 de janeiro de 2014, passou a ser um componente “obrigatório” e “estratégico”, com recursos próprios destinados aos projetos de habitação do PMCMV.

De uma forma geral, em seu desenho de política pública, para além da produção em massa de moradias, o PMCMV prevê que, vinculado às obras físicas, sejam realizadas concomitantemente ações do trabalho social, principalmente nas modalidades do Programa destinadas para as famílias que se incluem na faixa de renda de até R$ 1.800,00 reais (Faixa 1).

Tal trabalho social é composto de um conjunto de processos, estratégias e ações, realizados a partir de estudos, diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção. Visa promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas setoriais, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.

Em suma, o trabalho social tem o seu fundamento na Política Nacional de Habitação, onde suas diretrizes visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade dos empreendimentos habitacionais.

Metodologicamente, o estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada no método dialético-crítico, que evidencia as percepções dos técnicos sociais e gestores que implementam o trabalho social nos empreendimentos do PMCMV, assim como dos beneficiários. Além de uma revisão bibliográfica, a pesquisa também compreende outras estratégias metodológicas, tais como análise documental, análise de dados secundários e primários e entrevistas semiestruturadas, com o que se pretende contribuir para produção do conhecimento no âmbito da política habitacional e apontar os limites e possibilidades encontrados para efetivação do trabalho social do PMCMV, no município de Natal.

SUZANA CAROLINA DOS SANTOS DUTRA DE MACEDO COSTA

**CIDADANIA E CASA PRÓPRIA: COMO ESSA RELAÇÃO SE MANIFESTA?**

**uma análise a partir do Programa Minha Casa Minha Vida no Conjunto Residencial Vivendas do Planalto em Natal/RN**

A questão da moradia se insere na grande mudança econômica, política e territorial que ocorre nas cidades do planeta sob a égide da hegemonia do pensamento e das práticas neoliberais. No final do século XX e início do século XXI ocorreram diversas transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil, as quais levaram a um novo processo de mercantilização da moradia e do solo urbano. No período compreendido entre 1988 a 1998, o Estado, no lugar de promover os direitos sociais reconhecidos pela Constituição de 1988 ou as demandas dos movimentos sociais, redirecionou os gastos públicos em direção à aceleração do mercado, as decisões dos formuladores de política pública e os padrões de intervenção passaram a ser cada vez mais ligados aos princípios estabelecidos por instituições financeiras internacionais e as respostas às necessidades sociais passaram a se calcar na promoção do acesso à bens e serviços por meio de relações de mercado. Mesmo com as importantes mudanças que marcaram o reconhecimento da agenda da reforma urbana como prioridade política, a ampliação do mercado para atingir os setores populares e a otimização econômica dos recursos públicos e privados investidos no setor habitacional, como a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e a elaboração de uma Política Nacional de Habitação, em 2004, o programa que se consolidou na política urbana em nível nacional, a partir de 2009, se pautou mais pela urgência em flexibilizar o acesso à recursos econômicos do que pela necessidade de garantir a sua eficácia do ponto de vista dos objetivos habitacionais. A ampla aceitação e efetivação deste Programa, chamado de Minha Casa Minha Vida, tornou a casa própria símbolo de valorização da classe de baixa renda e sinal de incorporação à cidade e a cidadania. Nesse contexto, a mola propulsora da estruturação do espaço urbano e do convívio social passa a ser a nova dinâmica da produção, circulação e comercialização de mercadorias que afeta diretamente a caracterização, existência, participação e o reconhecimento do indivíduo pela sociedade. Conforme esta lógica, não é o fato de se ter um local para morar em um ambiente onde exista e funcione adequadamente uma rede de serviços públicos e sociais que determina se o indivíduo está inserido em uma comunidade, tem laços sociais e constitui uma identidade pessoal cultural, social e política, mas sim o fato de ter a propriedade da casa, independente dos demais componentes caracterizadores da moradia digna, preponderando uma concepção fossilizada de cidadania, em que a garantia dos direitos no plano formal basta para a sua concretização, independente das condições políticas, sociais, econômicas e históricas. Com base nesta premissa, a pesquisa toma como objeto o direito à cidadania em face do Programa Minha Casa Minha Vida e tem por objetivo compreender como este Programa incorpora o direito à cidadania, pretendendo, mais especificamente, analisar: o que é e como se concretiza a cidadania; a cidadania como expressão e princípio do direito à moradia no Brasil; as relações teóricas entre direito à moradia e direito à cidade; o PMCMV como expressão maior da Política Nacional de Habitação voltada para o interesse social; a aquisição da casa própria como expressão de cidadania e incorporação à cidade. Nesta análise, parte-se da hipótese de que o PMCMV incorpora o direito à cidadania a partir do acesso à propriedade individual e estrutura as relações indivíduo–sociedade por meio da casa própria. Ao mesmo tempo em que o PMCMV transforma casas em mercadorias, estabelece uma categoria de sujeitos sem acesso a ela, aumentando a tensão entre valor de uso e valor de troca e comprometendo a cidadania e dignidade das pessoas que são cerceadas do direito de morar por falta de acesso ao mercado de consumo. A condução da investigação do objeto de pesquisa será orientada por uma compreensão histórico-crítica da habitação de interesse social e da construção discursiva das relações de cidadania no Brasil.

TAYNARA DE CARVALHO NEVES

**UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA FÁBRICA DA FIAT EM GOIANA-PE E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DA REGIÃO (2011-2016)**

No início dos anos 1930, a economia mundial passou por uma forte transformação, sobretudo nas indústrias automobilísticas protagonizadas por Henri Ford e Taylor. Período de um cenário favorável de crescimento econômico, o sistema fordista ganha o seu apogeu com a inserção da linha de produção em série. Uma organização do trabalho que extrapolava o chão de fábrica, inserindo um novo modo de vida aos operários em suas relações sociais do dia-a-dia. No entanto, a partir da década de 70, o sistema fordista não presenciava as altas taxas de crescimento experimentadas no pós-guerra e torna-se insustentável para a nova dinâmica mundial, em que a rigidez desse modelo passa a ser um problema para o sistema capitalista, que buscava naquele momento um modo de acumulação mais flexível com um caráter de regulação mais liberal. O capitalismo tenta buscar novas alternativas que possa superar as dificuldades e as contradições encontradas na era fordista de superprodução. Surgindo assim a necessidade de criar novas demandas em outros países, reduzir os custos de produção e garantir fatias cada vez maiores dentro do mercado mundial. A nova forma de organização do capital permite uma maior dispersão e uma mobilização demográfica que proporciona trocas de informações a tempo real, sem grandes dificuldades graças às inovações tecnológicas desse período. Em relação ao mercado de trabalho, o que se observou dentro da perspectiva pós-fordista é uma maior exploração dos trabalhadores, uma precarização dos salários e de suas condições de vida. A subcontratação como forma de emprego ocorre devido à desverticalização e desterritorialização da atividade produtiva que gera maior nível de desemprego e desigualdade social. Com uma forte pressão aos trabalhadores acerca do risco de desemprego, foi possível criar estratégias de controle da organização do trabalho. Os sindicatos perderam força, uma vez que não havia mais uma organização do trabalho coletiva. A acumulação flexível mostrou ao mundo a capacidade em criar o desemprego estrutural. Esse enxugamento da força de trabalho é consequentemente apoiado por uma desregulamentação dos direitos trabalhistas, uma vez que os trabalhadores sofrem constantemente pressões pelos empregadores de exigências de cumprimentos de metas de produção além de também estarem sujeitos a contratos cada vez mais atípicos, sem garantias, temporários, parciais e com baixas remunerações. O que se observa nesse contexto é que as novas indústrias flexíveis buscam reduzir os custos com mão de obra e adotam lugares localizados principalmente em países subdesenvolvidos ou na própria periferia dos desenvolvidos. O caso da Fiat, não é diferente das demais grandes corporações que vem se instalando no Brasil. A Fiat Automóveis, chega ao Brasil, sobretudo no estado de Minas Gerais no município de Betim em 1973 e agora recentemente em 2015 inaugura uma nova fábrica localizada em Goiana-PE, denominada de Polo Automotivo Jeep, com uma expectativa de 9 mil vagas de emprego. No período da construção (2012) até hoje, após a inauguração da fábrica, o município vem passando por um fluxo migratório bastante intenso. Gente de várias regiões do Brasil, sobretudo da região Nordeste, em busca de oportunidade de emprego, pessoas que largaram suas vidas em determinada região e mudaram para Goiana na expectativa de conseguir um trabalho no Polo Automotivo, mas muitas vezes não se concretizando. O presente estudo se propõe a uma discussão acerca das teorias voltadas para compreensão do impacto no mercado de trabalho da Fiat em Goiana-PE, buscando de tal forma, tentativas de diálogo e construção de uma abordagem do problema com a finalidade de pensar desde as transformações do sistema de acumulação e organização do trabalho ao impacto da fábrica na dinâmica sócio espacial (Fordista x Pós-fordista). Cabe aqui o questionamento: O Polo Automotivo Jeep, estaria de fato representando melhorias nas condições de trabalho dos moradores goianenses e do entorno (João Pessoa e Recife)? Para tanto, o objetivo desta pesquisa é analisar em que medida a implementação da fábrica no município de Goiana/ PE refletiu na melhoria das relações de trabalho dessa população.De forma mais específica, este trabalho busca: i) Entender as mudanças daindústria automobilística na organização do trabalho e no espaço, na passagem doFordismo ao Toyotismo; ii) Identificar os impactos da instalação e funcionamento da Fiatem Betim (1973) comparando com a fábrica de Goiana (2015) a fim de compreender astransformações da indústria automobilística brasileira; iii) Verificar se houve melhorias nas condições de vida dos trabalhadores do Polo Automotivo Jeep a partir das representações sociais. No intuito de atender os objetivos propostos neste trabalho, a presente pesquisa utilizará do método qualitativo de análise, mediante entrevistas em profundidade. A escolha desse método permitirá verificar a realidade cotidiana dos trabalhadores, com o intuito de que eles possam relatar um pouco das suas experiências sociais, da sua história de vida e expectativas acerca da fábrica.

THAYSA TAIANNE BELO COSTA

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO NORDESTE:**

**a experiência dos conselhos municipais de saúde da Região Metropolitana de Natal**

No Brasil, a promulgação da Constituição de 1988 inseriu-se em uma conjuntura social e política favorável à mobilização e à participação popular e, nesse contexto, a esfera local de governo é revalorizada politicamente e colocada como o espaço onde a dimensão educativa da participação deve realizar-se. Nas últimas décadas, a dinâmica dos governos locais e a presença de mecanismos de gestão participativa nesse nível de governo tornaram-se questões importantes no debate político contemporâneo, tanto na academia como fora dela. A participação da sociedade nos processos decisórios tornou-se a expressão maior do processo de inovação da gestão pública, o que a configura como requisito necessário a qualquer Estado democrático. Os conselhos gestores de políticas públicas são inovações institucionais que se estruturam de modo a incorporar representantes da sociedade civil e do Estado, inclusive aquelas categorias e grupos sociais que antes estavam excluídos do espaço público institucional e do debate com os representantes do Estado.

Como ressalta Tatagiba (2002), os conselhos gestores são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Esses espaços são intermediadores da relação Estado-sociedade, uma vez que foram institucionalizados como a grande novidade nas políticas públicas, pois problematizam a questão de uma governança democrática em busca de uma política interativa entre governo e sociedade. Logo, devido seu caráter participativo e deliberativo, esses conselhos podem potencializar mudanças na esfera pública brasileira, uma vez que alteram a forma e o conteúdo das políticas públicas.

Desse modo, a viabilidade do controle das ações governamentais por parte da sociedade civil, possibilita que estes influam e decidam sobre o tipo de sociedade e ações necessárias ao bem-estar da coletividade. Pressupondo, como afirma Andrade (2009), a institucionalização de mecanismos de controle do setor público pela sociedade, assegurando a fiscalização não somente da parte orçamentária destinada a este, mas também, a definição de prioridades e estratégias de ações no referido setor.

Entretanto, Dagnino (2002, p. 282) afirma que “o poder deliberativo previsto para os conselhos gestores com frequência se transforma na prática em função consultiva ou até mesmo legitimadora das decisões tomadas”, ou seja, apresenta uma partilha de poder de caráter limitado, apontado como mecanismo do Estado que dificulta a democratização das decisões, como a falta de recursos e a falta de transparência (DAGNINO, 2002).

A partir da análise da literatura sobre as experiências de conselhos gestores em pequenos municípios, principalmente na área social, embora a própria existência dos conselhos aponte para democratização da gestão, a sua disseminação pelos municípios brasileiros não implica em sucesso qualitativo no que se refere à participação social nessas instituições, em muitos casos, revela uma série de problemas relacionados à questão de natureza deliberativa.

Nesse sentido, fatores relacionados ao desenho institucional e ao processo deliberativo, como também, fatores contextuais como o perfil associativo da comunidade, dentre outros, são apontados como diferentes influências na efetividade deliberativa dos conselhos, compreendida como a capacidade efetiva dessas instâncias influenciarem, controlarem e decidirem sobre determinada política pública, por meio da institucionalização de procedimentos, deliberação sobre as ações públicas e o controle social (CUNHA, 2007; FARIA, 2007; PUTNAM, 1996).

Nesse contexto, a presente pesquisa visa contribuir para essa discussão, partindo da investigação acerca da efetividade deliberativa dos conselhos municipais de saúde da Região Metropolitana de Natal (RMN). Portanto, no que tange ao recorte territorial, adotou-se como critério o resultado do relatório de pesquisa do Observatório das Metrópoles (2012) que agrupou os municípios das regiões metropolitanas brasileiras conforme níveis de integração à dinâmica da metropolização – que vão desde municípios de elevada integração até àqueles com integração muito baixa. Nessa perspectiva, a partir da classificação dos municípios da Região Metropolitana de Natal, para essa pesquisa, foram abarcados dois daqueles que se classificaram como de alta integração com o município de Natal. Portanto, serão analisadas as experiências dos municípios de Parnamirim, Extremoz e a capital, Natal.

Diante desse quadro, para que seja possível compreender a dinâmica de funcionamento, organização e composição dos conselhos municipais de saúde em estudo, será realizada uma análise documental que priorizará o Regimento Interno (RI) das instituições, adotando como base de sustentação teórico-metodológica para análise do desenho institucional a proposta desenvolvida por Faria (2007).

No que tange a compreensão a cerca da dinâmica do processo deliberativo, serão analisadas as atas de reuniões ordinárias e extraordinárias correspondentes aos anos de 2012 a 2015, mapeando as decisões desenvolvidas ao longo deste período, conforme modelo apresentado por Cunha (2007), onde é enfatizada a análise temática das atas, verificando a presença ou ausência de determinados conteúdos e a frequência com que estes aparecem.

Ainda enquanto procedimentos metodológicos serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os conselheiros municipais de saúde, sendo os representantes da categoria de usuários do Sistema Único de Saúde, profissionais/trabalhadores da saúde e gestão municipal, constituindo uma técnica de recolhimento de dados de caráter extensivo na busca por informações que auxiliem a verificação da efetividade deliberativa desses conselhos.

Portanto, a participação social no processo de planejamento e gestão, por meio dos conselhos gestores, representa um importante passo para a consolidação da democracia brasileira a partir da democratização do processo decisório, do aumento da transparência e da *accountability.* A mera existência das instituições participativas ressalta a necessidade de debates e pesquisas em torno da qualidade da participação existente nessas instituições espalhadas em todo território brasileiro, nas suas diferentes áreas de atuação, instituições essas, potencialmente capazes de induzir à reforma democrática do Estado.

ANDRADE, Ilza A. L. Comparando para melhor explicar: a experiência de diferentes tipos de Conselhos Gestores. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. (Org.). *Desafios da Gestão Participativa no Nordeste***.** Natal. Edufurn, 2009, p. 115 - 143.

CUNHA, Eleonora S. M. A efetividade deliberativa dos Conselhos Municipais de Saúde e de Criança e Adolescente no Nordeste. In: AVRITZER, L. *A participação social no Nordeste.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007, p. 135-161.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. In: \_\_\_\_\_\_. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.* Ed. São Paulo**:** Paz e Terra, 2002, p. 07-300.

FARIA, Cláudia F. Sobre os determinantes das políticas participativas: A estrutura normativa e o desenho institucional dos Conselhos Municipais de Saúde e de Direitos da Criança e do Adolescente no Nordeste. In: AVRITZER, L. *A participação social no Nordeste.* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007, p. 111-133.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.* Ed. São Paulo: Paz e terra, 2002, p. 47-103.

VALÉRIA DE FÁTIMA CHAVES ARAÚJO

**A TEMATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E A ECONOMIA CRIATIVA LOCAL:**

**estudo de caso a partir do “Maior São João do Mundo”, em Campina Grande/PB**

A tematização do espaço público no Maior São João do Mundo em Campina Grande - PB dinamiza a economia e o turismo locais a partir da transformação do espaço público em um cenário que tem por base as tradicionais festas juninas. Para isso, contribui a dinamização dos setores criativos existentes na cidade e a concepção de uma nova cidade que é projetada a partir das festividades juninas. O objetivo geral desta pesquisa foi identificar de que maneira a tematização do espaço público no Maior São João do Mundo dinamiza a Economia Criativa local a partir da identificação dos setores criativos presentes no evento. Os objetivos específicos foram: compreender a tematização do espaço público durante o evento; evidenciar de que maneira esse evento interfere na economia local a partir da identificação dos Setores Criativos a ele ligados; e relacionar a tematização do espaço público e os setores criativos à Economia Criativa local. Foram analisadas as atividades econômicas ligadas aos setores criativos definidos pela Secretaria da Economia Criativa – SEC – e identificados no evento, de modo a destacar a relevância desses setores na geração de ativos econômicos durante “O Maior São João do Mundo”. Os Setores Criativos são o núcleo de uma nova vertente de pesquisa econômica e social surgida na Austrália que foi denominada Economia Criativa e definida como um conjunto de atividades que envolvem aspectos econômicos, culturais e sociais, ligada à economia global. Ao pesquisar sobre a tematização do espaço público no evento sob a ótica da Economia Criativa, abrimos caminho para novas pesquisas em uma área cujo mercado de trabalho cresceu cerca de 90% entre 2004 e 2013 no mundo, superior ao do mercado brasileiro no mesmo período (56%), segundo o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, publicado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN. De acordo com esse estudo, do total de profissionais criativos mapeados no Brasil (892,5 mil, cerca de 1,8% do total de trabalhadores formais no país), 19,4% atuam em empresas consideradas criativas, enquanto 80% atuam em outros setores econômicos ligados aos setores criativos, tendo sido identificados também 251 mil estabelecimentos considerados criativos no Brasil entre 2004 e 2013. Ainda segundo o estudo da FIRJAN, tomando como base a massa salarial desses estabelecimentos, estima-se que a indústria criativa brasileira gere o equivalente a R$ 126 bilhões ou 2,6% do total do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2013. Nessa pesquisa, optamos pelo estudo de caso a partir de uma abordagem etnográfica, utilizando diversas técnicas de pesquisa (observação participante, entrevistas semi-estruturadas com questões abertas e análise das representações sociais dos entrevistados). Foi feita, ainda, uma contextualização histórica da cidade, das festas juninas e de outros temas imprescindíveis para a compreensão da importância da Economia Criativa no evento. A metodologia utilizada é mista, envolvendo um levantamento de dados qualitativos e quantitativos para estabelecer uma relação entre o objeto de estudo e seu significado, assim como uma análise do evento e seu significado para a cidade. Foi feita ainda uma analise do número de profissionais nos setores criativos e da remuneração média nos níveis federal, estadual e municipal apresentados pela FIRJAN. A pesquisa realizada mostrou que a Tematização do Espaço Público no evento é um dos principais fomentadores da dinamização da Economia Criativa local por envolver diversos Setores Criativos e atividades relacionadas antes, durante e depois do evento, assim como serve de elo entre as diversas naturezas de produtos e serviços prestados, transformando a imagem da cidade, dinamizando a economia criativa local, promovendo a inclusão social, a integração cultural e mantendo “O Maior São João do Mundo” como um evento tradicional no calendário turístico regional e nacional.

VINÍCIUS KLAUSE DA SILVA

**MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA FAMILIAR:**

**limites e** **potencialidades para a inserção no** **Programa do Leite Potiguar/RN – PLP no Seridó potiguar.**

Este projeto tem como objetivo principal investigar qual o potencial produtivo de leite *in natura* da agricultura familiar e quais limites da inserção da categoria no Programa do Leite Potiguar, o programa foi criado em 1986 e foi retomado por 1995 e vem sendo executado desde então. O recorte desse estudo só território do Seridó Potiguar, região com tradição na bovinocultura de leite a ponto de possuir um diagnostico de sua bacia leiteira. O programa, durante esses 30 anos de execução sempre foi marcado por privilegiar médios e grandes produtores, porém o programa recentemente passou por uma mudança no seu arranjo institucional que obriga que no mínimo 50% do leite comprado pelo programa seja fornecido pela agricultura familiar. Essa novidade gerou a reação dos sindicatos e laticínios que controlaram o programa por 30 anos, que de imediato disseram que o estado não tinha agricultores familiares comercializando leite. As organizações da agricultura familiar comemoraram o novo arranjo do programa e dizem que ele é fruto das mobilizações dos agricultores familiares do estado. Em meio a essa disputa fazem se necessários esforços para investigar se de fato a agricultura familiar tem a capacidade de fornecer o leite ao programa, assim como verificar em qual patamar está à produção de leite da agricultura familiar no território do Seridó Potiguar. Para tal, serão realizadas coletas de dados primários e secundários, pesquisa de campo quantitativa e qualitativa, além de analise documental e estudo bibliográfico afim de determinar quais as mudanças cruciais do arranjo institucional do programa que determinaram a exclusão dos agricultores familiares do programa. O trabalho pretende ainda, através de consulta a bibliografia, reconstituir o histórico de criação da categoria agricultor familiar, discutir a relevância dos mercados institucionais para a agricultura familiar e o surgimento do mercado no sistema capitalista. Com isso, espera-se determinar quais os limites da agricultura no fornecimento de leite para o programa, entender os arranjos institucionais que norteiam o programa e contribuir para uma melhorar sua execução no estado.